



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**DAGSON JOSE BORGES SANTOS**

**O USO DE BLOGS NO ENSINO DE HISTÓRIA: A  
EXPERIÊNCIA DA HISTÓRIA DO ENGENHO DE  
SANTANA EM ILHÉUS-BA**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

**10/2018**

**DAGSON JOSE BORGES SANTOS**

**O USO DE BLOGS NO ENSINO DE HISTÓRIA: A  
EXPERIÊNCIA DA HISTÓRIA DO ENGENHO DE  
SANTANA EM ILHÉUS-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Matta

**SALVADOR**

**2018**

## **RESUMO**

Os constantes avanços tecnológicos e as novas concepções pedagógicas, ajudam para uma educação mais inclusiva e colaborativa, permeando a adoção de estratégias dentro e fora de sala de aula. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo a construção de um Blog (Blogsopt) Engenho de Santana em Ilhéus Bahia. O material a ser desenvolvido deve servir para professores e alunos trabalharem a história local dentro e fora de ambientes escolares. O trabalho foi desenvolvido com alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Impacto de Ilhéus Bahia. A proposta foi a construção de uma História Pública, onde os alunos e o professor, desenvolveram uma pesquisa sobre a história do engenho, e que seus resultados eram postados no Blog. Propondo assim, a construção de uma história interativa, com saberes compartilhados entre diferentes atores sociais.

**PALAVRAS – CHAVES: Ensino de história, Blogs, História Pública**

## **ABSTRACT**

The constant technological advances and the new pedagogical conceptions help to a more inclusive and collaborative education, permeating the adoption of strategies inside and outside the classroom. In view of this, the objective of this work is the construction of a Blog (Blogsopt) Engenho de Santana in Ilhéus Bahia. The material to be developed should serve for teachers and students to work on local history in and out of school settings. The work was carried out with students of the 1st year of High School of the Impact College of Ilhéus Bahia. The proposal was the construction of a Public History, where the students and the teacher, developed a research on the history of the engenho, and that their results were posted on the Blog. Thus proposing the construction of an interactive history, with shared knowledge among different social actors.

**KEY WORDS:** History teaching, Blogs, Public History

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 - Perfil indígena para modelagem.....                      | 15 |
| Quadro 2 - Perfil português para modelagem .....                    | 21 |
| Quadro 3 Perfil africano para modelagem.....                        | 26 |
| Quadro 4 Características do Engenho de Santana para modelagem ..... | 29 |
| Quadro 5 A Revolta de 1789 - Características a modelar .....        | 35 |
| Quadro 6 Objetos gerais a modelar .....                             | 36 |
| Figura 1 Interação no desing cognitivo.....                         | 42 |
| Figura 2 Categorias de interação .....                              | 43 |
| Figura 3 Página inicial do Blog .....                               | 45 |
| Figura 4 Experiência anterior com o uso de Blogs .....              | 47 |
| Figura 5 Auxílio no processo de aprendizagem .....                  | 48 |
| Figura 6 Dúvidas na execução das atividades .....                   | 49 |
| Figura 7 Auxílio do professor no processo .....                     | 49 |
| Figura 8 Importância do uso por outras disciplinas .....            | 50 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 7  |
| <b>CAPÍTULO I</b> .....  | 10 |
| O PERFIL INDÍGENA NA CAPITANIA DE ILHÉUS .....                       | 10 |
| O PERFIL PORTUGUÊS NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL .....                    | 14 |
| O AFRICANO E O CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO NO ENGENHO DE SANTANA<br>..... | 20 |
| O ENGENHO DE SANTANA .....   | 25 |
| A REVOLTA ESCRAVA NO ENGENHO DE SANTANA 1789 .....                   | 28 |
| <b>CAPÍTULO II</b> .....   | 34 |
| NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA – O BLOG INTERATIVO<br>..... | 35 |
| MUSEU VIRTUAL .....  | 37 |
| HISTÓRIA PÚBLICA .....   | 40 |
| DESING PEDAGÓGICO SÓCIO CONSTRUTIVISTA .....                         | 42 |
| <b>CAPÍTULO III</b> .....  | 46 |
| APLICAÇÃO .....  | 46 |
| RESULTADOS E DISCUSSÃO .....   | 48 |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....   | 51 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 53 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, surgiu de uma inquietação diante da falta de um referencial didático pedagógico para se trabalhar o período colonial de Ilhéus nas turmas de Ensino Fundamental e Médio. Como professor sentia uma grande dificuldade de encontrar um material de fácil acesso e com linguagem simples para disponibilizar para os alunos durante as aulas. Em parte, isso se deve, por que a maior parte da historiografia local foca o período do final do século XIX até os anos setenta do século XX; tendo na cacauicultura o momento de glória e de progresso da cidade de São Jorge dos Ilhéus.

Período este não só immortalizado na produção historiográfica local, como também na literatura de Jorge Amado, deixando em um plano secundário e de esquecimento o seu período colonial. Esse problema se agrava ainda mais quando analisamos uma produção voltada para os currículos escolares de história local. Os primeiros trabalhos específicos sobre a história de Ilhéus foram produzidos no período em que o cacau prosperava e configurava uma nova realidade política, econômica e social. O cacau produzido em Ilhéus representava boa parte da produção do estado da Bahia no final do século XIX.

A maioria dos trabalhos sobre a história local produzidos neste período foi financiada por antigos coronéis, com intuito de immortalizar o período de ouro do cacau como único na história de Ilhéus. Além disso, esse descaso com o período colonial da capitania corresponde a uma tentativa de apagar da memória local o violento processo de ocupação do território; terras, alguns destes antigos aldeamentos indígenas. Diante disso, surgiu como uma necessidade pedagógica, a produção de um material, um Blog (<https://oengenhodesantana.blogspot.com/>) em formato interativo, que pudesse servir de auxílio para professores e alunos pensarem a cidade de modo anterior ao cacau.

A produção do nosso material gira em torno do Engenho de Santana, que foi um grande polo econômico da capitania e comarca de Ilhéus, e um dos engenhos de cana de açúcar de maior produção no início da colonização. A escolha desse tema é justificada pela importância de acontecimentos que ajudam a entender toda a dinâmica da colonização portuguesa no Brasil. Desde o entendimento sobre a população indígena local, passando pela chegada dos colonizadores, até os povos africanos que aqui chegaram no contexto da escravidão.

A partir do contexto do Engenho de Santana, pensamos a criação colaborativa (professores/alunos – pesquisadores/visitantes) de um material suporte para o ambiente escolar, onde podemos apontar as influências dos atores sociais que aqui viveram e de elementos ainda vivos dentro da nossa história local. Desde os povos indígenas, principalmente Tupiniquins e Aimorés. Passando pelas táticas de colonização e dominação dos portugueses no processo de implantação da lavoura canavieira, além de lutas e resistências dos nativos indígenas e posteriormente dos africanos. Outro ponto marcante é a revolta dos escravos em 1789, onde escravizados escrevem uma carta, fazendo várias reivindicações e negociando o retorno ao trabalho.

Com isso, sujeitos históricos marginalizados podem ganhar força diante da pesquisa de professores e alunos dentro do processo de ensino aprendizagem. Nesse contexto, o objetivo geral do trabalho é a construção colaborativa de um Blog, onde visitantes possam através de postagens possam colaborar com a história do Engenho de Santana; uma pesquisa que transcende os saberes acadêmicos e populariza a história local.

A popularização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) ocasionaram transformações e mudanças significativas em muitos setores da sociedade. No contexto educacional, as tecnologias têm sido cada vez mais utilizadas, mudando as relações de ensino-aprendizagem.



A escolha do blog como ferramenta para contar a história do engenho se deve a sua função tecnicamente interativa, podendo ser utilizado para fins pedagógicos. Como características técnicas os blogs apresentam a possibilidade de publicações instantâneas dentro de uma ordem cronológica, propondo visibilidade e uma interação com os visitantes. Esta ferramenta propõe uma interação entre o autor e seu “público”; um espaço de compartilhamento de saberes na construção de um texto único, com vários autores. O blog com uma finalidade educacional pode proporcionar situações de debate escrito, suporte para pesquisas de vários assuntos trabalhados dentro de sala de aula. Além disso, todo comentário postado no blog tem o e-mail do visitante ou sua rede social, permitindo assim, comunicar-se com quem escreveu. Propondo uma interação maior dentro do processo de construção do conhecimento.

Como suporte metodológico, entendemos a criação do nosso blog, como espaço de construção de uma história pública com uma visão sócio construtivista, onde diferentes práticas sociais dialogam na construção de saberes em conjuntos. Entre o professor/aluno, pesquisador/comunidade.

Nosso trabalho é dividido em três partes, no capítulo I fazemos um contexto histórico sobre os elementos que vão compor nosso Blog. De início, uma abordagem histórica de todo período de funcionamento do engenho, desde de sua administração pelo governador geral do Brasil, Mem de Sá, até o final do século XIX com a família Bitencourt. Falamos também do elemento português, trazendo características culturais dos primeiros colonizadores e os elementos que foram fundamentais para a colonização no Brasil e montagem do nosso engenho. Logo após, falamos dos povos indígenas que aqui habitavam, principalmente Tupiniquins e Aimorés. Na última parte, falamos dos povos africanos e todo o contexto da escravidão moderna, desde as guerras tribais, até sua escravização nas colônias.

No segundo capítulo, apresentamos a proposta da construção do Blog, dentro de uma perspectiva de construção de uma História Pública, sob o viés Socioconstrutivista.

O terceiro capítulo, é demonstrada a aplicação do trabalho e os resultados obtidos. Para tanto, foi aplicada uma oficina onde foi apresentado o projeto e sua perspectiva, essa oficina foi apresentada a alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Impacto na cidade de Ilhéus-Bahia. Após a oficina e as atividades colaborativas para construção da história do engenho, os alunos responderam um questionário com suas observações em relação a utilização do Blog no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, concluímos o trabalho fazendo um breve comentário sobre a satisfação do resultado após a aplicação do blog, como uma possível sugestão para futuros professores.

## **CAPÍTULO I**

Neste capítulo traçaremos um breve perfil dos sujeitos históricos que compõem o cenário do nosso engenho. Descrevendo suas características culturais e de como estes fatores foram importantes dentro da história do Engenho de Santana.

### **PERFIL INDÍGENA NA CAPITANIA DE ILHÉUS**

Traçando um perfil étnico das tribos indígenas que aqui habitavam, é possível afirmar, de acordo com estudos arqueológicos, que os grupos de origem Tupi, da família Tupinambá tem sua origem na região norte, onde se deslocaram para o litoral, e a partir disso, desalojando outros grupos já existentes, provavelmente de ascendência Jê. (MAESTRI, 1995).

No grande território da capitania de Ilhéus, que correspondia a barra do rio Jaguaripe, ao sul da ilha de Itaparica até o rio Jequitinhonha no sul do atual estado da Bahia. Neste território as populações indígenas tiveram uma grande importância no processo colonizador, e muitos dos seus elementos culturais e econômicos influenciaram portugueses e africanos. Segundo Marcelo Henrique Dias, o papel indígena foi fundamental na construção dessa nova sociedade.

“ As populações indígenas [...] constituíram-se, ao longo do período colonial, num importante contingente populacional e na principal força de trabalho voltada para atividades como extração e a condução de madeiras de lei, a extração e o beneficiamento de fibras vegetais utilizadas na construção naval (embiras), o artesanato de contas de rosário, redes de pesca e de dormir (giróis) etc.” (DIAS, 2016, p.187)

Alguns destes elementos estarão presentes na configuração do nosso Blog do Engenho de Santana. Será fundamental entender as heranças culturais indígenas e como isso está presente em todo período colonial no Brasil.

Seguindo relatos de cronistas do século XVI, Florestan Fernandes descreve as aldeias tupinambás como subdivididas em unidades, chamadas de malocas. Estas habitações estavam divididas em forma de centro, com uma grande área no meio, onde aconteciam as festas e rituais da tribo, a exemplo da antropofagia. Durante a chegada dos portugueses havia uma média de 650 à 850 índios por maloca; (FERNANDES, p.

58-64). A alimentação se dava através de mandioca, cultivada em suas próprias roças, com a utilização técnica da coivara (derrubada e queima de uma determinada área para o cultivo) procedimento ainda praticado por índios em algumas regiões do Brasil. Tanto a alimentação com mandioca quanto a técnica da coivara, foram utilizadas por portugueses e africanos no Engenho de Santana, a farinha por exemplo, era a base principal da alimentação. Sobre essa prática e a alimentação a base de mandioca, Hans Staden descreve:

“Quando querem plantar derrubam as árvores do lugar que para isso escolheram e deixam-nas secar por cêrca de três meses. Então lhes deitam fogo e queimam-nas. Depois fincam as mudas da planta de raízes que usam como pão entre as cepas das árvores". (A mandioca) "é um arbusto de uma braça de altura e que cria três raízes. Quando querem prepará-las, arrancam os arbustos, destacam-lhes as raízes e enterram de nôvo pedaços das hastes. Estas pegam e desenvolvem-se tanto em seis meses que podem ser utilizadas. Preparam a mandioca de três modos: Primeiro, moendo as raízes, expremendo a massa e torrando-a num alguidar. Segundo, deixando as raízes de mólho e secando a massa, no fumeiro. Terceiro, misturando raízes desfeitas em água com farinha e torrando tudo" (HANS STADEN, p.15)

Outra característica marcante das tribos Tupinambás, era a antropofagia. Ritual de guerra que envolvia a captura e a morte do inimigo e a sua ingestão para perpetuação dos saberes e da memória do grupo. Muitos cronistas e padres jesuítas consideravam o ritual como grande expressão de vingança e ódio em relação ao inimigo. Para Viveiros de Castro, a antropofagia não era somente a vingança e a sua incapacidade de perdoar ou esquecer dos Tupinambás, ela era a produção da memória e a sua perpetuação no corpo social do grupo. (CASTRO, 1992). É interessante observar a antropofagia como a multiplicidade da cultura indígena e as constantes rivalidades tribais. Assim como os africanos, os índios da América, guerreavam entre si, e isso expressava sua falta de homogeneidade e originalidade dentro do corpo social.

No ritual antropofágico, após ser capturado, o inimigo era introduzido no cotidiano dos Tupinambás, eram-lhe oferecidas todas as condições para sua socialização, podendo até mesmo casar e ter filhos, tornando assim membro da tribo. Porém, o recém-chegado não deveria perder a consciência de sua execução. O objetivo era criar uma cumplicidade na relação, pois para um Tupinambá, o inimigo ideal era outro Tupinambá.

Levado ao terreiro, pintado e decorado, preso pela mussurana, o cativo esperava seu carrasco que, portando um diadema rubro e o manto de penas de íbes vermelha, aproximava-se de sua presa, imitando uma ave de rapina.

Recebia a maça, a ibirapema, das mãos de um velho matador, e então tinha início o famoso diálogo ritual com a vítima. (Fausto 1992: 391/392)

Com ares teatrais o ritual tinha falas e encenação entre o inimigo e o guerreiro tupinambá. “Não sabes tú que tú e os teus mataram muitos parentes nossos e muitos amigos? Vamos tirar a nossa desforra e vingar estas mortes. Nós te materemos, assaremos e comeremos!”. O inimigo respondia [...] “– Pouco me importa, tú me matarás, porém eu já matei muitos companheiros teus. Se me comerdes, fará apenas o que já fiz eu mesmo. Quantas vezes me enchi com a carne de tua nação! Ademais, tenho irmãos e primos que me vingarão.”

O ritual de guerra e sua perpetuação como memória no grupo, está relacionado também com a masculinidade tupinambá, já que o guerreiro só poderia casar-se após ter matado um inimigo. Essa festa representava um rito de passagem no qual o jovem tupinambá torna-se adulto e passa desempenhar outras funções dentro da tribo.

Os índios de origem Tupi, chamavam Ilhéus de Nhoesembé; não se sabe precisamente o real significado desse termo, segundo Barbosa, acreditasse que possa significar “a fusão da exuberância tropical de suas matas com as ondas revoltas do mar, que cobririam as praias com suas espumas prateadas” (BARBOSA, p.45). Os tupi que habitavam o litoral, eram principalmente das tribos tupiniquins; já os índios do interior eram de origem Tapuia ou Jê, em Ilhéus sobretudo os Aimorés.

Estas tribos foram fundamentais para o processo de implantação dos engenhos de açúcar no início da colonização. Em inventário do patrimônio de Mem de Sá, de 1572; o Engenho de Santana contava com 132 escravos, sendo 125 indígenas e 7 negros vindo da Guiné. (FILHO, 2000, p.24)

Os Aimorés eram índios nômades, dormiam nos troncos das árvores e não praticavam a agricultura. Grandes caçadores e conhecedor das matas, usavam bem os instrumentos de arco e flecha. Os Aimorés guerreavam constantemente com portugueses e tribos rivais; principalmente os Tupiniquins do litoral. Estes eram considerados mais pacíficos, praticavam a agricultura e vivam da caça e da pesca, foram bons aliados dos portugueses no início da colonização da capitania.

“Enquanto os tupiniquim construíram casas de taipa, cobertas de palha e viviam da pesca, da caça e do cultivo da terra, os Aimorés dormiam sob as árvores e não cultivavam a terra, fazendo frequentes incursões ao litoral para

conseguir pescados, o que originava luta entre as duas nações” (VINHÁES, p.37)

A intensificação da exploração da mão de obra indígena, diante do crescimento dos empreendimentos desenvolvidos pelos portugueses, dá início a uma série de resistência por partes dos nativos, muitos deles se recusando ao trabalho forçado, destruindo plantações e fugindo para o interior das matas. Neste período a produção de açúcar nos engenhos de Ilhéus ficaram comprometidas e o número de engenhos foi reduzido de oito em 1570, para três em 1583 (DIAS, 2007, p.64). Sobre esse caráter bélico de resistência e luta indígena na colonização veremos a batalha dos nadadores.

Em 1559, ocorre uma revolta dos índios Tupiniquim; famosa Batalha dos Nadadores. A história se desenrola com o fato de um índio ter sido morto e seu assassino ter ficado impune, lava os indígenas a vingarem matando dois brancos na estrada de Ilhéus para Porto Seguro, além de destruir uma roça, amedrontando assim a população local. Segundo Silva Campos, essa reação indígena, encorajou outros índios a reagirem contra os colonos da vila. Os revoltosos queimaram outras fazendas e em seguida cercaram a sede da capitania. “De tal jeito, que ficaram reduzidos os moradores a se alimentar, exclusivamente, de laranjas dos seus quintais” (CAMPOS, p.82).

Diante do caos instaurado, muitos colonos recorreram a um pedido de ajuda ao Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, em Salvador. Este, levando o pedido junto a um conselho de guerra, ficou acertado que haveria um envio de ajuda para Ilhéus.” Levou consigo Mem de Sá um intrépido capitão, afeito às guerras brasílicas, Vasco Rodrigues Caldas, que foi seu braço direito na campanha, e muitos índios das aldeias da Bahia” (CAMPOS, p.82); a contragosto de parte da população de Salvador, estes temiam que com a saída do governador geral, os índios circunvizinhos poderiam atacá-los. É interessante observar como os portugueses se aproveitavam das diferenças étnico culturais das tribos indígenas para facilitar a repressão a índios rebelados; esta tática foi também utilizada no continente africano, no processo de captura de negros para serem escravizados nas colônias.

Ao desembarcar em Ilhéus com os índios da Bahia, Mem de Sá foi recebido por moradores assustados com os constantes ataques indígenas. “que se mais tardara oito dias, dizem que os achara comidos dos índios, e si tiveram embarcações todos houveram já despovoado” (NOBREGA, p. 214). Logo após a chegada é organizada uma expedição com apoio de moradores da vila para combater os índios rebeldes.

O grande massacre indígena acontece na praia do Cururupe (mar de sangue), que recebe esse nome em razão da grande batalha. Cercados pelas tropas do Capitão Vasco Rodrigues Caldas, homem afeito a guerras contra os nativos, os índios revoltosos se lançaram ao mar; porém foram alcançados pelos índios das aldeias da Bahia, nadadores exímios, aliados de Mem de Sá. A luta se desenrola a cerca de uma légua da costa; já cansados, muitos tupiniquins foram mortos por afogamento. “mataram lá alguns e outros trouxeram malferidos, que na praia acabaram de matar” (NOBREGA, p.215). Segundo Mem de Sá em carta enviada ao rei de Portugal em 31 de março de 1560, os corpos dos índios mortos enfileirados na praia, somados faziam uma légua.

‘Neste tempo veio recado ao governador como o gentio topenequin da Capitania dos Ilhéus se alevantara e tinha mortos muitos cristãos e distroidos e queimados todos os engenhos dasuquares e os moradores estavam serquados e não comião jaa senão laranjas e logo o puz em conselho e posto que muitos erão que não fosse por não ter poder para lhes resistir nem o poder do imperador fui com pouca gente que me seguiu e na noite que entrei nos Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava sete leguas da vila em um alto pequeno toda cercada d’água ao redor d’alagoas e as passamos com muito trabalho e ante manhã duas horas dei n’aldeia e a destroi e matei todos os que quiseram resistir e a vinda vim queimando e destroindo todas as aldeias que ficaram atraz e por se o gentio ajuntar e me vir seguindo ao longo da praia lhe fiz algumas ciladas onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado mar costa brava mandei outros índios traz êles e gente solta que os seguiram perto de duas léguas e lá no mar pelejaram de maneira que nenhum topenequin ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os pozeram ao longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de uma légua fiz outras muitas saídas em que destroi muitas aldeias fortes e pelejei com êles outras vezes em que foram muitos mortos e feridos e já não ousavam estar senão pelos montes e brenhas onde matavam os cães e galos e constrangidos da necessidade vieram a pedir misericórdia e lhes dei pazes com condição que haviam de ser vassallos de sua alteza e pagar tributo e tornar a fazer os engenhos tudo acceitaram e fizeram e ficou a terra pacifica em espaço de trinta dias onde fui a minha custa dando mesada a toda a pessoa honrada e tão bem digo e tão boa como é notório” (CAMPOS, 2001, p.84-85).

Com o fim da batalha, os índios sobreviventes foram condenados a pagar os prejuízos causados aos colonos, alguns outros fugiram do litoral para o interior. Posteriormente como estratégia de tornar os índios mais dóceis e facilitar a colonização os padres da Companhia de Jesus iniciam a catequização dos indígenas e a formação

dos aldeamentos. Dentro desse contexto, temos a chegada dos escravizados africanos na Capitania de Ilhéus.

Este breve histórico com algumas características indígenas, será importante dentro da construção do engenho, já que muitos dos elementos indígenas estarão presentes dentro de todo processo colonizador.

| <b>Blog do Engenho Santana - Acervo advindo do processo histórico - O INDÍGENA</b> |   |                    |
|--|---|--------------------|
| <b>Itens de acervo</b>   | <b>Descrição</b>  | <b>Observações</b> |
| Sociedade  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de origem Tupi – Família Tupinambá.</li> <li>• A economia indígena; a coivara, pesca, caça.</li> <li>• Alimentação a base de farinha de mandioca.</li> <li>• A mariscagem</li> <li>• O corte de madeira</li> </ul> |                    |
| Cultura  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ritual antropográfico nas tribos de Ilhéus - as guerras tribais.</li> <li>• Índios guerreiros – Aimorés. A Batalha dos Nadadores.</li> <li>• Dormir em redes</li> </ul>  |                    |

*Tabela 1 - Perfil indígena para modelagem*

## **PERFIL PORTUGUES NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL**

Os portugueses que aqui chegaram para o processo de colonização, traziam consigo suas leis, cultura e religião. Por mais que nas colônias, entrassem em contato com outras culturas, elementos de suas origens eram mantidos ou resinificados durante

a colonização. Mesmo com algumas alterações ou mudanças comportamentais, o modo de vida português e suas práticas cotidianas, são evidentes no início da ocupação das novas terras. Essas características estarão presentes em todo o contexto social, econômico e cultural do nosso Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus.

Alguns autores apontam uma certa originalidade da cultura portuguesa, em relação a outros países europeus. Em razão da sua localização geográfica privilegiada na Península Ibérica, os portugueses tiveram uma relação muito próxima com outras civilizações, além das europeias. Em trabalho sobre a História da Bahia e traçando um perfil dos primeiros colonizadores que aqui chegaram, Alfredo Matta aponta que as principais cidades Portuguesas e Espanholas, tiveram suas origens em antigas civilizações africanas. Segundo o autor, foram mais de 1000 anos de dominação dos africanos, até que por volta de 200 a.C., com a vitória dos Romanos nas Guerras Púnicas, a península ibérica passasse por um processo de transformações profundas.

Foram 800 a 700 anos de hegemonia Romana que resultaram na profunda latinização da região. A vitória Romana se deu sobre os africanos. Isso significou, desde aquele momento, que os Romanos passaram a utilizar o argumento da cor da pele como elemento de distinção entre a nova e a velha hegemonia. Dos romanos, além da língua, de diversos hábitos alimentares, festas, religião, dentre as quais o cristianismo, a península herdou suas principais instituições: a estrutura urbana, a ideia de câmara e de prefeito, a cidadania, a representação por voto, as municipalidades. É impressionante como até hoje as estruturas organizacionais e instituições do Brasil são tão romanas. Isso por herança portuguesa. (MATTA, 2013, p.20)

Com o fim do império romano, em consequência das invasões dos povos germânicos, ocorreram outras incursões na península ibérica, desta vez dos africanos islâmicos, que dominaram a região por quase 8 séculos, até serem expulsos pelos cristãos no século XV. Estes fatos, são importantes para se compreender que as Grandes Navegações que culminaram no achamento do Brasil, estão inseridas no contexto de tomada da península ibérica por parte dos cristãos desde o século VIII. Essas disputas formaram uma cultura riquíssima para Portugal e Espanha.

Estas disputas territoriais, e as constantes batalhas pela expulsão dos mouros na península ibérica, formaram em Portugal uma classe de grandes guerreiros cristãos; já que em razão do conflito, precisava constantemente aprimorar técnicas de guerra e navegação, para defesa de seu território. Essa cultura belicosa foi fundamental durante



as conquistas coloniais, principalmente aqui no Brasil. O português chega bélico e estabelece esta tradição guerreira de milhares de anos na região de Ilhéus. Além disso, pela característica da península, fica evidenciado que a cultura ibérica está participe da interação cultural, há muito tempo.

Segundo Sergio Buarque de Hollanda, os portugueses davam muita importância ao indivíduo em sua originalidade e autonomia, como se este, não dependesse de ninguém, “ cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes” (HOLANDA, 2007, p.32), uma ideia de superação e desafio. Estas características partilhadas pelos Ibéricos na época moderna, foram fundamentais para as aventuras ultramarinas, incluindo a nossa região sul da Bahia. O historiador Antônio Manuel Hespanha, aponta algumas outras características dessa sociedade.

Já veremos, na verdade, que os portugueses não eram apenas isso; que eram também (e sobretudo) católicos, que eram (muito menos) europeus, que eram hispânicos; que eram, depois, minhotos ou beirões; vassalos do rei ou de um senhor; eclesiásticos, nobres ou plebeus; homens ou mulheres. E que, sendo tudo isto, sem deixarem de ser portugueses, eram portugueses de uma maneira muito menos nítida e unidimensional do que o hoje supomos, à luz dos paradigmas de distinção nacional (agora, em português) estabelecidos desde o século passado (SILVA e HESPANHA, 1993, p. 19).

A nobreza portuguesa dos séculos XVI e XVII era entendida como uma virtude familiar, transferível por laços de sangue ou por fama adquirida no exercício de algumas atividades sociais. Mesmo com as transformações sociais ocorridas no contexto do Renascimento e da Reforma Religiosa, e a possibilidade de ascensão social por parte de classes sociais mais baixas; essa dinâmica social esbarrava na tradição corporativista de uma nobreza familiar. Entende-se por família portuguesa no período, como pessoas que vivem sob a mesma casa, estabelecendo uma noção de hierarquia e autoridade, que transcende conexões genealógicas. Porém essa relação se fortalece quando se trata de pais e seus filhos, para os portugueses os filhos seriam uma continuação dos pais. Estas características e experiências vividas serão trazidas pelos lusitanos no início da colonização, tanto na doação das capitânicas hereditárias, quanto na doação de sesmarias.

Os primeiros portugueses que chegaram para iniciar o processo de colonização no Brasil, buscavam enriquecimento fácil e o viver de nobreza europeu. Isso ficava evidente na noção de riqueza com a posse da terra, e os lucros que dela poderia se obter. Tanto que as primeiras medidas tomadas por Mem de Sá quando recebe as sesmarias na

capitania de Ilhéus, é erguer engenhos de cana de açúcar, um deles o Engenho de Santana. O senhor de engenho seria a principal alternativa para o enriquecimento nos trópicos.

O ser Senhor de Engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. Porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros poucos menos, com cana obrigada à moenda, cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nele livremente se mói; e em algumas partes, ainda mais que a metade (ANTONIL, 1997, p. 75).

A divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias e suas doações para pessoas de grande cabedal social e financeiro de Portugal deveria ser a via de regra para o processo colonizador. A Carta de Doação da capitania de Ilhéus data de 26 de junho de 1534, assinada em Évora pelo Rei de Portugal, D. João III a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real, além de grande comerciante, e um dos homens mais ricos de Portugal. De acordo com a Carta de Doação:

“... cinquenta léguas de terra da dita Costa do Brasil e que começaram na ponta da Bahia de Todos os Santos da banda do sul, e correrão ao longo da costa dito Sul quando couber nas cinquenta léguas se estenderão, e será de largo ao longo da costa, e entrarão, na mesma largura pelo sertão, e terra firme adentro quanto poder entrar, e for de minha conquista, com todas as ilhas, que houver até dez léguas ao mar da fronteira digo na fronteira e demarcação das cinquenta léguas...” ( Carta de Doação – Anexo 1, p.2)

Entre os direitos e deveres dos donatários estavam; garantir a doação da capitania, fundar vilas com até seis léguas entre si, exercer poderes judiciários, aplicando pena de morte em determinados casos, defender as terras contra possíveis ataques estrangeiros. Era reservado a coroa o direito de 20% dos recursos naturais retirados do território.

O Donatário da capitania, Jorge de Figueiredo Correa, homem de muito prestígio social na corte lusitana, não abandona seu alto cargo a fim de se aventurar em terras pouco conhecidas. Diante disso, envia como Loco Tenente, o castelhano Francisco

Romero, um homem bravo e considerado e considerado grande guerreiro, para dar início a colonização nas terras de Ilhéus.

A sede da capitania seria estabelecida na Ilha de Tinharé, porém topógrafos da armada de Francisco Romero, encontram um local de melhor defesas naturais, com solo bastante fértil e localizada no centro da orla marítima da capitania, “num promontório formado pelo mar e por um rio navegável, apresentando pelagoso e abrigado fundeadouro, vigiados os dois pontais de sua barra por sendos morros” (CAMPOS, P.35); assim a vila iniciada em Morro de São Paulo é abandonada e se inicia uma nova sede da capitania, a vila de São Jorge dos Ilhéus, em homenagem ao santo católico e ao donatário da capitania; as primeiras povoações se estabelecem no morro de São Sebastião, no atual bairro do Outeiro

“ Bahia que se chamou dos ilhéus, tanto pela sua amplitude, como pela circunstancia de estar de situada em paragem mais central da capitania, e ainda pela excelência de terras que se encontravam naquela parte do continente, ofereceu condições que não podiam comparar com aquela estreiteza de Tinharé” (Rocha Pombo, III, p.245)

Logo estabelecido o local da capitania, Francisco Romero tratou da construção de fortificações com o intuito de evitar possíveis ataques indígenas; porém, segundo o cronista Silva Campos, logo após vencida a resistência indígena dos primeiros anos, houve uma boa relação com a população tupiniquim, sendo estes de inestimável ajuda na construção de casas, abertura de estradas e construção de engenhos. O naturalista português Baltasar da Silva Lisboa salienta que “ao invés de procurarem viver bem com aqueles, só quiseram dominá-los e cativá-los. Maltratavam-nos, apossavam-se de suas mulheres e de suas provisões” (CAMPOS, p. 38). Evidenciando assim, que essa aparente paz e animosidade se dava através de violência e desrespeito a populações locais.

Em Portugal, o donatário tentava se articular com pessoas de grande poder aquisitivo, doando grandes sesmarias, para que assim conseguisse desenvolver a capitania. Para tanto, Jorge de Figueiredo doou uma sesmarias a Mem de Sá, futuro Governador Geral do Brasil. Nesta sesmaria que iria se desenvolver um grande engenho de açúcar, o Engenho de Santana, localizado às margens da ribeira de Santana.

Os investimentos iniciais surtiram grande efeito no desenvolvimento da capitania, grandes fazendas se estabeleceram, atraindo uma gama de aventureiros.

Segundo Barbosa, parafraseando Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, “A vila de São Jorge a ser a mais próspera e rica de todo o Brasil, a ponto de Tomé de Souza assim se expressar em carta dirigida a D. João II: “é a melhor coisa desta costa para fazendas e que mais rende agora para si Alteza”. (BARBOSA, p.32); Com a morte de Jorge de Figueiredo Corrêa, a capitania é passada ao seu filho, Jerônimo Alarcão, este consegue licença para vender a capitania, a Lucas Giraldes, grande banqueiro e mercador português, nesse período a Capitania chegou a ter oito engenhos de cana de açúcar. (BARROS, p.50)

A administração dura de Francisco Romero, gerou grande mal estar com os colonos, a ponto de estes se organizarem, prendendo e expulsando o Loco Tenente para Portugal. Porém, contrariando a decisão dos colonos, o donatário Jorge de Figueiredo Corrêa, restabeleceu o cargo a Romero. Consequentemente os conflitos internos se intensificaram e muitos colonos abandonaram Ilhéus em direção a Pernambuco e São Vicente. Essa instabilidade administrativa facilitou que índios se revoltassem e resistissem a escravidão que lhes era imposta.

Essa relação de caráter aparentemente pacífico no início da colonização, vem a se alterar quando os elementos de dominação portuguesa se intensificam, gerando um descontentamento dos índios tupiniquins. As constantes violações dos territórios indígenas e a impossibilidade de cultivarem suas próprias plantações; a imposição do trabalho escravo, fatores que desrespeitavam as relações indígenas, já que muitos prisioneiros de guerra eram destinados a rituais antropofágicos. Além disso, os portugueses não respeitavam as alianças e rivalidades tribais, tratando a cultura indígena como homogênea. Sobre essa relação Baltazar da Silva Lisboa, Ouvidor da Comarca afirma:

“a ambição dos povoadores, junto com a tirania com que atacaram os índios, excitou tanto ódio destes contra os portugueses, que em lugar de tirarem as vantagens que o país, a ignorância e a singeleza dos índios lhes podia administrar, se viram vexados e perdidos por muitas corridas que os índios de contínuo lhes faziam, destruindo as suas lavouras e habitações, pondo-os no último risco de vida.” (LISBOA, 1799 apud MOTT, p. 8)

Abaixo segue uma tabela com as características portuguesas que estarão presentes no nosso blog.

**Blog do Engenho Santana - Acervo advindo do processo histórico**

| <b>OS PORTUGUES.</b>   |   |                    |
|------------------------|---|--------------------|
| <b>Itens de acervo</b> | <b>Descrição</b>  | <b>Observações</b> |
| Sociedade              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Senhor de engenho</li> </ul> Divisão do Brasil em capitâneas hereditárias e doação de sesmarias para implantação de engenhos de cana de açúcar.. |                    |
| Cultura                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bélica, numa tradição de guerra milenar</li> <li>–Católico, aventureiro</li> <li>fruto das grandes navegações.</li> </ul>                        |                    |

*Tabela 2 - Perfil português para modelagem*

## **O AFRICANO E O CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO NO ENGENHO DE SANTANA**

Alguns pontos do Sistema Escravista aplicado no Brasil colonial precisam ser elucidados, para que se entenda a dinâmica da escravidão no Engenho de Santana. A escravidão já era praticada desde a Antiguidade, porém, com certas peculiaridades: apresentava-se como resultado de guerras ou de dívidas; como por exemplo, um escravo poderia ser um homem livre, vencido em uma batalha, ou aquele que não tinha condições de pagar sua dívidas, sendo assim, escravizado até que o valor fosse pago. De modo igual como na Antiguidade, essa prática sempre existiu na África, principalmente como resultado de guerras tribais. Estas guerras tribais também eram comuns no continente americano, como dito anteriormente, os índios da Capitania de Ilhéus também tinham esse caráter bélico.

A escravidão transformada como base de um sistema de produção, e como peça chave de um comércio extremamente lucrativo dentro da época moderna, é uma construção europeia. É a introdução de um comércio transatlântico, com escravos capturados exclusivamente da África. A cor da pele torna-se o fator principal de diferenciação social. Matta salienta, que a escravidão de povos africanos também tem suas raízes na reconquista da península ibérica contra o Islã.

Os descobrimentos portugueses tinham também um caráter de continuação da reconquista contra o Islã, assim como de fortalecimento do cristianismo contra os tradicionais rivais maometanos. A escravidão usou, ao menos a princípio, o argumento da Guerra Santa. Os primeiros escravos eram na maioria capturados entre os negros islâmicos do Magreb e da região sudanesa. Os negros da Guiné, do Senegal, da Mauritânia. O tráfico, novidade da escravidão moderna, que transformava o processo de captura e escravidão em sistemático processo de comercialização infame, expandiu o processo todo, e a própria navegação portuguesa que entrou em contato com muitas Áfricas. (MATTA, 2013, p.22)

Os portugueses conheciam as heterogeneidades étnico culturais africanas e, para afirmação de um novo modelo de escravidão, era necessário afirmar a diferença dentro da diversidade. O escravo passa a ser um produto valorizado dentro do continente Africano, a ponto de os próprios africanos organizarem expedições tribais para capturar escravos e vender aos europeus.

Durante os séculos XVI e XIX, os habitantes da África não se viam necessariamente como “negros”, muitos deles se viam como grupos diferenciados e até inimigos entre si. O termo “negro” é uma construção da população branca em relação ao outro. A construção do vocábulo aconteceu com a supressão de várias identidades étnicas locais dentro do continente africano. Até mesmo a noção de África como território homogêneo é uma construção advinda da Europa. Identidades e diferenças construídas para servirem de base ao sistema escravista que estava em andamento. Estas diferenças se fazem presentes na própria composição da senzala do Engenho de Santana.

“ Por ora, registremos que a desconstrução da diversidade de etnias negras e das realidades culturais africanas, mergulhando-as dentro de uma grande raça localizada em um espaço geográfico único e imaginariamente homogêneo - e a simultânea visão desta parte da humanidade como “inferior”, ao mesmo tempo em que se encarava o continente africano como lugar exterior à “civilização” – tudo isso, juntamente com uma nova noção de “ escravo” constitui o fundo ideológico da montagem do sistema escravista no Brasil.” (BARROS, 2014, p.48)

Essa construção do negro nos moldes da escravidão moderna passava pela afirmação e desconstrução de certas identidades africanas, como por exemplo, a construção de identidades tribais com o intuito de rivalizar e incentivar guerras; obtendo mais escravos. Os portugueses adotam uma tática parecida no combate a índios

rebelados no Brasil, como no caso da Batalha dos Nadadores, onde tribos indígenas insurgentes são reprimidas pelos portugueses com a ajuda de tribos rivais.

Quando enviado para o trabalho nas colônias, havia uma separação estratégica de escravos de mesmo grupo étnico cultural, ou com laços afetivos, misturando escravos; com o intuito de evitar que as identidades locais africanas fossem revividas no cativeiro e, conseqüentemente, evitando possíveis revoltas.

A descaracterização dos elementos culturais africanos e a homogeneização da ideia de negro, era a peça chave no processo. Há um deslocamento da ideia de escravidão, saindo do eixo da desigualdade cultural, para a diferença racial. Muitas comunidades tribais africanas foram igualadas, no imaginário ocidental, com o único aspecto que tinham em comum: a cor da pele.

“o negro no Brasil e no resto da América passou a ser visto como uma realidade única e monolítica, e, com o tempo, foi levado a enxergar a si mesmo também desta maneira. Perdidos os antigos padrões de identidade que existiam na África, o negro afro-brasileiro sentiu-se compelido a iniciar a aventura de construir para si uma nova identidade cultural, adaptando-a a própria cultura colonial. Com isso iram surgir novos padrões religiosos, diversidades alternativas sincréticas, uma nova arte e uma nova música, e tantas outras contribuições que já não são propriamente africanas” (BARROS, 2014, p.48)

A estratégia de separar negros por etnia ou grupos linguísticos, é um recurso de separação por diferenças, para que o negro não se reconheça no outro. Essas heterogeneidades, mesmo existentes em lutas anteriores, é explorada estrategicamente pelos europeus, evitando o surgimento de comunicação e ajuda mútua entre os escravizados. A ideia é provocar uma perda de identidade étnica. Esta separação fica evidente no Engenho de Santana, onde durante a revolta de 1789, escravos nascidos no Brasil (crioulos), propõem os trabalhos mais pesados para os escravos recém-chegados da África (pretos minas).

A língua já não mais representa seus valores de origem, mas suas qualificações para o trabalho; os negros passam a ser identificados segundo seus portos de origem: Cabinda, Quelimares, Minas, Benguelas, Benins. As relações de parentesco e organizações tribais são rompidas, evocando os lugares de partida para construção de mão de obra escravizada.

No Engenho de Santana as origens dos escravos em sua maioria era crioula ou seja, escravos nascidos no Brasil. Os escravos africanos que aqui chegaram em menor número eram de origem da Guiné e Costa da Mina. Sobre essa situação atípica, onde o maior número de escravos eram nascidos no Brasil, Schwartz revela:

“Na década de 1790, restavam poucos indivíduos nascidos na África entre os escravos, mas em 1828, os 222 escravos de Santana eram, com exceção de uma mulher idosa, todos nascidos no Brasil. Essa situação extraordinária era bem diferente da que ocorria na maioria dos engenhos baianos, onde predominavam africanos. Ademais, ao contrário da maioria dos engenhos de açúcar, o índice de sexos estava bem equilibrado, com 109 homens e 113 mulheres.” (SCHWARTZ, 2001, p.111)

Os escravos nascidos no Brasil tinham certos privilégios em relação aos escravos recém chegados da África. Como já conheciam o território e a língua, os crioulos sabiam explorar melhor as possíveis brechas dentro do sistema em que estavam inseridos. Muitas vezes, em situações conflituosas, ficavam do lado de seus senhores, contra os escravos recém-vindos.

Essa rivalidade entre os cativos poderia ser muito vantajosa para os senhores, já que, assim, estes estariam constantemente em guerras e não se uniriam contra a casa grande. Outra forma de minar a união e solidariedade na formação de uma comunidade escrava era a promoção de alguns escravos para certos cargos de comando dentro da senzala; criando assim uma hierarquia social e gerando mais conflitos.

Durante os séculos de escravidão, várias táticas foram utilizadas pelos senhores para maior controle dos cativos, como a permissão para cultivo de suas próprias roças. Frequentemente era destinado um dia da semana para que o escravo, cultivasse seu próprio alimento. Essa era uma das poucas oportunidades de os escravos adquirirem bens que não possuísem, ou juntar dinheiro para possivelmente comprar sua liberdade. Essa estratégia não era uma regra geral, já que muitos senhores consideravam perigoso esse excesso de liberdade para com os cativos. Outros observavam com vantagem, uma vez que o escravo produzindo seu alimento, não haveria necessidade de alimentá-lo; ademais, essa liberdade dava maior permanência do escravo no engenho, facilitando assim o seu controle por parte do senhor. Além disso, ter sua própria roça motivava os escravos a trabalharem mais e em tempo hábil, já que poderiam trabalhar nela quando tivessem terminado o trabalho nas terras de seu senhor. Sobre a produção em suas



próprias roças, no Engenho de Santana os escravos produziam seus próprios alimentos, podendo até mesmo vender o excedente para seus senhores.

“Um administrador reclamou em 1748 que seu antecessor havia parado de plantar mandioca porque os escravos quase sempre roubavam na roça, mas que a farinha de mandioca era necessária “ para os enfermos e para fornecer aos negros que estão sempre necessitados” e porque “ há um mercado para ela na Bahia”. Na década de 1750, o próprio engenho comprava o excesso de mandioca dos escravos por um preço inferior ao preço de mercado.” (SCHWARTZ, 2001, p.111)

Vários são os incentivos por parte dos senhores para que houvesse uma maior produtividade nos engenhos. Os incentivos iam desde um pouco de cachaça, em alguns dias da semana; ou até mesmo, pagamentos com parte da produção, onde os cativos poderiam vender seus produtos.

A possibilidade de uma mobilidade social, também motivava os escravos a trabalharem mais e a serem disciplinados. Escravos em posições administrativas ou semi-administrativas criavam uma imagem de uma possível ascensão social dentro das senzalas, a possibilidade de alcançar tais posições, gerava uma esperança e aumentava a produtividade daqueles.

“Haveria mais dissensão e enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os escravos do que coesão, com muitos deles distanciando-se de seus pares, por meio de estratégias emprestadas pelos costumes brancos e com interesse na mobilidade social. Como consequência, os escravos que ganhassem certos recursos não reconheceriam os demais como parceiros. Não haveria, portanto, uma comunidade escrava, já que um grande nível de conflito entre eles seria a regra, e hierarquias sociais se formariam dentro das senzalas, com alguns ocupando posições mais proeminentes do que outros” (FARIA, 2006, p.126)

Estas características ficam evidentes na composição étnica e cultural grande centro econômico da capitania de Ilhéus foi o engenho de Santana. Neste engenho o trabalho era dividido de acordo com a origem dos escravizados: africana, crioula ou mulata. Além disso, as funções eram de escravo de lavoura, de enxada, de roça e serra. Escravos domésticos recebiam um melhor tratamento e certos privilégios em relação a outros escravos.

| <b>OS AFRICANOS NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO</b> |  |                    |
|---|--|--------------------|
| <b>Itens de acervo</b>                        | <b>Descrição</b>   | <b>Observações</b> |
| Sociedade                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Escravidão por guerras – Guerras tribais</b></li> <li>• <b>Origem dos escravos – Guiné e Costa da Mina.</b></li> <li>• <b>Plantar seus próprios alimentos – vender o excedente.</b></li> </ul> |                    |
| Cultura                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Identidade e diferenças culturais</b></li> <li>• <b>Crioulos e pretos minas</b></li> <li>• <b>Negociação e conflito</b></li> </ul>   |                    |

*Tabela 3 Perfil africano para modelagem*

## **O ENGENHO DE SANTANA**

O início do nosso Engenho de Santana data de junho de 1547, com a doação de duas sesmarias e dois contratos de aforamento das águas, aos fidalgos portugueses Mem de Sá e Francisco Betamcort; a doação partiu do Capitão Donatário Jorge de Figueiredo Correa. Os documentos garantiam a posse e a obrigação de construir dois engenhos, além do pagamento de foro anual. Betamcort fica com a sesmaria e águas acima do Rio de contas; já Mem de Sá demarca sua sesmaria na beira do Rio Santana, local da construção do engenho. (MARCIS, p. 281, 2013)

Com a morte de Mem de Sá em 1572, constava em seu inventário um grande patrimônio, aqui no Brasil ele possuía dois engenhos de grande porte, O engenho Sergipe, localizado no recôncavo e o de Santana em ilhéus. Sobre o engenho de Santana:

“ Uma casa de engenho com todos os seus apetrechos, quatro barcos, quatro carros, artilharia, armas leves e munições, um baluarte, 41 tarefas de canaviais e uma igreja. A mão de obra escrava era composta por 132 escravos – sendo sete negros de Guiné (seis homens e uma mulher), e 125 índios, chamados “ negros da terra”. Todos os escravos foram arrolados entre os demais bens deixados para os herdeiros. Tudo somado foi avaliado em 3.130 cruzados. O valor era bastante alto” (MARCIS, p.282, 2013)

De acordo com o testamento, Mem de Sá deixava seus bens para os seus dois filhos; Francisco de Sá e Felipa de Sá. Francisco vem a falecer oito meses depois da morte do pai, deixando para a irmã incumbência de administrar o engenho. Felipa conduz o engenho por 46 anos, junto com seu marido o conde de Linhares, Fernando de Noronha. Com a sua morte e a de seu marido, e como o casal não teve filhos, os bens do casal no Brasil e em Portugal foram doados para o Colégio Jesuíta de Santo Antão de Lisboa. Neste período o engenho foi administrado pelos jesuítas, até sua expulsão pelo Marquês de Pombal, em setembro de 1759. Os bens confiscados pela coroa, são descritos da seguinte forma.

“Casa de residência [...] com paredes de pedra e tijolo, quatro dormitórios e varanda [...].

Uma capela pequena de pedra e cal com seu alpendre e torre de cima. Com as paredes indo em bom uso, com as madeiras de telhado e coro também em bom uso [...], o retábulo do altar que está muito velho, e antigo.

Uma casa de engenho com forno do lado de fora;

Uma casa de caldeiras e casa de purgar pegada e uma outra de pedra e cal;

Uma casa de peso e ferreiro tudo de pedra e cal ainda com bom uso;

Uma casa de olaria formada [...] cheios de madeira, coberta de telha com dez braças e três palmos de comprimento e com duas braças e oito palmos de largo.

Um forno de coser louça, telha e tijolo [...]” (ARQUIVO ULTRAMARINO, CAIXA 14, MAÇO 4927, DOC. 4947-4948 apud MARCIS, 2013, p.285)

É interessante observar como o engenho é descrito; um sistema de produção complexo e grandioso na produção de açúcar. Segundo a documentação, ele se caracterizava como um engenho real, ou seja, movido a energia hidráulica e de grandes dimensões.

O maior número de trabalhadores no engenho era destinado à produção de cana de açúcar e a jornada de trabalho ocupava praticamente todo o ano. Demorava cerca de dois meses para plantação e nove meses a colheita. Para não parar a produção do engenho, era feito o sistema de rodizio; enquanto um canavial estava sendo plantado,

outro já estava na fase da colheita. Esse método era importante, pois demorava cerca de 12 a 14 meses para o ponto de corte da cana.

No engenho de Santana as plantações eram feitas em áreas nem sempre apropriadas para o plantio, isso tornava o trabalho ainda mais árduo para os escravos. Além disso, picadas de cobras, insetos e o difícil acesso a regiões de canavial, como por exemplo no “Jabiru”, região de manguezais, onde os escravos deveriam atravessar para chegar em uma das áreas cultiváveis do engenho.

Dentre as estruturas do engenho, estava a casa de moer ou casa de engenho, onde se localizava a moenda; segundo Antonil, o lugar mais perigoso do engenho.

“se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatadamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se não lhe cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão, ou não forem tão ligeiros para fazer parar a moenda, divertindo com o pejador a água que fere os cubos da roda, de sorte que dêem depressa a quem padece, de algum modo, o remédio. E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia, posto que se revezem as que metem a cana por suas equiparações, particularmente se as que andam nesta ocupação forem boçais ou costumadas a se emborracharem. (ANTONIL, p.47)

Caso parecido acontece no engenho de Santana, Segundo Schwartz (2001), uma escrava de nome Marcelina, perdeu um dos braços na moenda. Mesmo perdendo um dos membros, a escrava continuou sendo escalada para o trabalho, agora na função de jogar água nas engrenagens da moenda para diminuir o atrito dos tambores de madeira que esmagavam a cana.

Os relatórios dos padres administradores, nos fornecem valiosas informações sobre a administração jesuítica no engenho. Em 1753, o padre Pedro Teixeira informa que o número de escravos era de 182, e que muitos viviam doentes e inaptos para o trabalho no canavial, ele informa também que, no período de 1731 até 1752, nasceram 24 crianças e morreram 23 escravos. Além desses dados, ele nos fornece os preços de alguns escravos comprados no período.

“Pretos comprei [...]

Joana de Rosi no Bco por – 80\$00

Jacintha Ramos em praça no Rio das Contas por – 100\$00

Felipe Ribeyro [...] de Coelho por – 100\$000

José Monteyro ao Cel. Moteyro por 105\$000

Dos que recebi no Eng. Vendi um chamado Apollinário de Figueiredo à procuração de Domingos Alfonso Cortes [...] por 160\$000” (ARQUIVO ULTRAMARINO, CAIXA 14, MAÇO 4927, DOC. 4947-4948 apud MARCIS, 2013, p.289)

Os escravos foram fundamentais na região sul da Bahia, desde a lavouras de cana de açúcar até a implantação da cacauicultura no XIX. No Engenho de Santana, além da produção de cana de açúcar os escravos eram relacionados como, pedreiros, carpinteiros, calafiteiros e caldeiros; porém, o maior contingente era destinado aos canaviais e produção de açúcar.

Com a saída dos jesuítas, os bens foram confiscados pela coroa Portuguesa e levados a leilão. “ *o engenho foi então arrematado por Manuel da Silva Ferreira que, em 1810, o repassou ao Brigadeiro Felisberto Caldeira Brant, o Marquês de Barbacena. Em 1834, o Marquês negociou as terras do engenho com Sá Bittencourt e Câmara que manteve a posse até sua morte, em 1896*” (MARCIS, p.284). Após esse período a sesmária onde localizava o engenho foi dividida entre seus herdeiros.

Outras características do engenho e do seu funcionamento que estarão presentes no blog, serão descritas no item sobre os escravos do Engenho de Santana.

| <b>Blog do Engenho Santana - Acervo advindo do processo histórico</b> |  |                    |
|---|--|--------------------|
| <b>Itens de acervo</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Observações</b> |
| Engenho de Santana  | Senzala, casa grande, capela, casa de olaria, canavial, casa de purgar, moinho movido por tração hidráulica, casa das caldeiras, |                    |

Tabela 4 Características do Engenho de Santana para modelagem

## **A REVOLTA ESCRAVA NO ENGENHO DE SANTANA 1789**

No final do século XVIII, ocorre uma revolta escrava no Engenho de Santana, nela são evidenciadas algumas características da escravidão, e o grau de diferenciação entre os próprios escravos.

Os Escravos escrevem um tratado de paz que é apresentado ao proprietário do engenho de Santana, como negociação para voltarem aos afazeres. Essa paralização, parou o engenho, e os escravos fugiram para quilombos próximos a ilhéus. No tratado, são apontados pontos que demonstram a capacidade de negociação os escravos, diante das adversidades de uma sociedade escravista.

Em 1789, um grupo de escravos matou o feitor e fugiu sob a liderança de Gregório Luís (mestiço de mulato e negro), provocando a paralização do engenho por dois anos. Até serem atacados por uma expedição militar, solicitada pelo dono do engenho, o Provedor da Casa da Moeda da Bahia, Manuel da Silva Ferreira. Diante disso, os escravos escreveram uma carta – um tratado de paz - objetivando uma negociação e a volta ao trabalho. Segue abaixo o documento escrito pelos escravos.

“Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu Senhor também quiser a nossa paz há de de ser nesta conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber:

Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa do dia santo.

Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas.

Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem amariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Para o seu sustento tenha lancha de pescaria e canoas do alto e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas.

Faça uma barca grande para quando for para a Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana há-de ser de cinco mãos, e não de seis, e a das canas em cada feixe.

No barco há-de pôr quatro varas, um para o leme, e um no leme puxa muito por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar três, e um em cima.

A medida de lenha há-de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadeira.

Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

Nas moendas há de pôr quatro madeiras e duas guindas e uma na carcanha.

Em cada uma caldeira há de haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia de sábado há de haver peja no Engenho.

Os marinheiros que andam de lancha além camisa de bata que se lhes dá, hão de deter Gibão de bata, e todo o vestuário necessário.

O canavial de Jaribu o iremos aproveitar por esta vez, e depois há-de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas para entre mangues.

Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou outro qualquer pau sem darmos parte para isso.

A estar por todos os artigos acima, e concedermos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos.

Podemos brincar, folgar, e cantar todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença”. (REIS, SILVA, 1989, p.123,124)

O tratado elucida vários pontos acerca da vida dos escravos nas senzalas. As reivindicações vão, desde condições materiais de vida, da busca pelo lazer ao direito de professar sua própria crença religiosa. Procuravam limitar atividades que consideravam desagradáveis, destinando-as a outros escravos. No tratado não há menção a castigos físicos, evidenciando-se, assim, a diferenciação entre crioulos e africanos.

Os escravos de Santana pretendiam jogar a maior carga de trabalho para os “pretos minas”, escravos recém chegados da África; já que eram os crioulos, escravos nascidos no Brasil, que estavam organizando a revolta. A língua e a convivência com os senhores, colocavam os crioulos numa posição de melhor controle em relação aos recém chegados. É importante perceber como havia na negociação vários fatores de diferenciação entre os escravos.

O tratado chama atenção para a existência de conflitos e divergências entre os escravos crioulos e africanos, os “pretos minas”. [...] os escravos não formavam uma comunidade única pela condição de escravidão, e no Santana, os crioulos, como eram chamados os escravos nascidos no Brasil, sempre foram maioria em relação aos africanos. Eram eles que formaram, portanto, a maioria dos rebelados que redigiram o Tratado de paz. Entretanto, nas diversas experiências de resistência ao regime de escravidão, as divergências étnicas não foram os principais impedimentos. (MARCIS, 2012. p.306)

Dentre as reivindicações, estava o número de escravos para o serviço de moer a cana. Segundo Antonil, o número mínimo era de mão de obra para o serviço era de sete ou oito de escravos.

“As escravas de que necessita a moenda, são sete ou oito, a saber: três para trazer cana, uma para a meter, outra para passar o bagaço, outra para

consertar e acender as candeias, que na moenda são cinco, e para limpar o cocho do caldo (a quem chamam cocheira ou calumbá) e os aguilhões da moenda e refresca -los com água para que não ardam, servindo-se para isso do parol da água, que tem debaixo do rodete, tomada da que cai do aguilhão, como também para lavar a cana enlodada, e outra, finalmente, para botar fora o bagaço, ou no rio, ou na bagaceira, para se queimar a seu tempo. E, se for necessário botá-lo em parte mais adiante, não bastará uma só escrava, mas haverá mister outra que a ajude, porque, de outra sorte, não se daria vazão a tempo, e ficaria embaraçada a moenda.” (ANTONIL, 1982, p.47)

As reivindicações do tratado demonstram pontos em comum sobre os funcionamentos de engenho do Brasil colonial. Os escravos do Engenho de Santana sabiam da necessidade de alternar os turnos nas funções dentro do engenho. Além disso, pediam folga nos fins de semana, já que os proprietários do engenho adotavam o trabalho em dois turnos e sete dias por semana.

Depois de extraído o caldo, o mesmo era levado para as caldeiras. Segundo Marcis, existiam em Santana, cerca de quatro caldeiras de ferro e quatro tachas de cobre. Esse trabalho era fiscalizado pelo “mestre-de-açúcar”, como era uma atividade que exigia certa especialização, muitas vezes se recorria a trabalhadores livres ou escravos crioulos. Sobre esse trabalho no engenho, a autora nos informa.

“Ele fiscalizava a fervura nas caldeiras e purificava o caldo, colocando cinzas e mandando retirar a espuma que se formava. Algumas mãos a mais de cinza ou se a espuma não fosse retirada, por descuido ou boicote, todo o conteúdo da caldeira ficaria arruinado.[...] Depois de pronto, era ainda batido e então colocado em recipientes de barro ou formas. As formas, feitas de argila em forma de sino com um pequeno furo na parte inferior, eram produzidas na olaria do Santana.” (MARCIS, 2013, p.303)

Após esse processo, eram transferidas para a casa de purgar, onde ficavam em processo de purgação por uma média de 30 dias. No final, a forma era quebrada e as pedras de açúcar eram separadas pela qualidade e brancura.

Além dos trabalhos destinados a produção de cana de açúcar, o documento revela muitas atividades extras, que desagradavam os escravos. “*Das 14 reivindicações feitas, sete são relativas a essas atividades complementares ou paralelas, destinadas principalmente a prover o sustento dos administradores*” (MARCIS, 2013, p.305), Atividades como pesca e mariscagem eram consideradas perigosas ou humilhantes, e os escravos rebelados sugerem que sejam destinados aos escravos de origem africana, “os pretos minas”.



Os instrumentos usados para a pesca eram a tarrafa e uma armadilha chamada de gamboa ou camboa, instrumento esse indígena e adotado pelos escravos do engenho. A técnica consistia em um aproveitamento dos movimentos de maré, fazendo-se um cercado durante a maré baixa, e que durante a subida e vazão da maré, facilitava a captura dos peixes e mariscos ali represados. No documento os escravos reivindicam a propriedade dos instrumentos de pesca e que o trabalho deveria ser feito em horários pré-determinados; as posses dessas ferramentas lhes dariam uma vantagem em possíveis negociações.

No engenho de Santana, os escravos tinham a possibilidade de cultivo em suas próprias roças. Trabalhavam nas horas de descanso, em suas plantações. Segundo (SCHWARTZ, 1998), os escravos podiam vender seus produtos, até mesmo ao senhor do engenho, este comprava por um terço do valor. Essa possibilidade de os escravos terem suas próprias roças, era resultado de uma negociação com o senhor; pois com isso aumentava a produtividade, controlava os custos com alimentação e fixava melhor o escravo na senzala. Essa negociação é expressa nos termos “ sem que para isso lhe peçamos licença [...] sem que precise dar conta”

Diante disso, os senhores perceberam que a melhor forma de aproveitar o trabalho dos escravizados era através de castigos e recompensas; dentro dessa dualidade estes encontraram a oportunidade de melhorar sua condição de vida e trabalho.

“Os proprietários, não todos, em seus cálculos para a extração da mais-valia, também perceberam que poderia ser mais lucrativo oferecer incentivos, sem dispensar o chicote. E são esses incentivos que os escravos do Santana souberam aproveitar para seguir vivendo. Os incentivos mais comumente utilizados, além dos presentes, como medalhas, santinhos, roupas novas e peixes no período da Páscoa, abrangiam a possibilidade de formar famílias através do matrimônio e a permissão para cultivar suas roças de alimentos nas terras do engenho.” (MARCIS, 2013, p.310)

Conforme o documento, pediam as sextas feiras livres para se dedicarem a seus próprios trabalhos, com o direito de plantar arroz e cortar madeira, além de solicitar ao dono do engenho um barco para levar sua produção a Salvador, sem pagar taxa de envio. Podemos comparar essas reivindicações com as negociações trabalhistas modernas que, dentro do sistema escravista foram extremamente revolucionárias.

“Esses últimos, apesar de serem lucrativos aos proprietários, eram considerados arriscados, pois implicava permitir que os escravos ficassem

longe dos olhos vigilantes do feitor durante parte do tempo em que estivessem em suas roças, além do perigo maior representado pela posse das ferramentas. No tratado, reivindicaram a posse das ferramentas, confirmando a importância dessa condição para garantir certa autonomia em relação ao controle do proprietário.” (MARCIS, 2013, p.310)

Se por um lado os senhores poderiam até mesmo lucrar com tais “incentivos”, os escravos souberam utilizar essas lacunas em forma de reivindicações nos espaços de autonomia e liberdade, longe da fiscalização dos senhores.

Em 1791, Manuel Silva finge aceitar as reivindicações dos escravos e promete alforriar seu líder Gregório Luís, porém, quando os escravos voltam ao trabalho, são presos e seus líderes vendidos para outras capitanias.

“Parece que a base de sua resistência não estava nas solidariedades étnicas africanas, mas, pelo contrário, nos objetivos comuns, nas objeções específicas aos que administravam o latifúndio pelos proprietários ausentes, e em sua insatisfação com determinados aspectos do regime de trabalho.” (SCHWARTZ, 2001, p.111)

O documento demonstra o papel dos cativos como agentes históricos e atuantes dentro do processo da escravidão. Capazes de fazer reivindicações e exercer pressão dentro do sistema escravista, mesmo não representando um corpo homogêneo dentro dessa lógica. Os escravos traziam consigo toda sua história anterior ao cativo, sua língua, religião, além das rivalidades africanas - que não se apagavam em função do cativo.

| <b>Blog do Engenho Santana - Acervo advindo do processo histórico</b> |  |                    |
|---|--|--------------------|
| <b>A REVOLTA</b>  |  |                    |
| <b>Itens de acervo</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Observações</b> |
| <b>A REVOLTA</b>  | Identidades e diferenças: guerras tribais no contexto da sociedade escravista. Pretos Minas e crioulos no Engenho de Santana. Negociação e conflito na revolta de 1789. As reivindicações no Tratado |                    |

|  |   |  |
|--|---|--|
|  | de Paz (Direito de plantar em suas próprias plantações, podendo comercializar o excedente; melhores condições de trabalho; direito a folga e lazer) |  |
|--|---|--|

*Tabela 5 A Revolta de 1789 - Características a modelar*

## **CAPÍTULO 2**

Os objetos a serem modelados ajudarão a entender a dinâmica social e econômica do Engenho de Santana, fazendo os interlocutores do blog entenderem este, não como objeto isolado dentro da lógica colonial portuguesa, mas sim como parte atuante do processo colonizador. O contexto traçado do perfil de cada povo, dentro das características do engenho ajudará para um maior entendimento dessa vivência.

Os objetos modelados buscam trazer para o interlocutor um cenário construído a partir de livros e fontes primárias como eram os engenhos de cana de açúcar da Brasil colônia, em especial o nosso Engenho de Santana em Ilhéus.

No blog, será traçado um perfil dos povos indígenas da região de ilhéus; dos Portugueses que aqui chegaram para o processo de colonização, e um perfil do africano que foi escravizado; além disso, um mapeamento da região do engenho, ajudará o visitante a perceber a relação do engenho dentro de toda dinâmica colonial portuguesa

| <b>Objeto a modelar</b>                  | <b>Referência utilizada para a modelagem</b>                                 |
|--|--|
| ■ Mapas antigos da capitania, comarca de | Os mapas ajudaram na localização dos elementos que serão modelados no espaço |

|   |   |
|---|---|
| Ilhéus e fotos atuais da área do antigo engenho.  |   |
| Ambiente, objetos, personagens e edificações a modelar  | Referências utilizadas para a modelagem   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Portugueses</li> <li>▪ Indígenas</li> <li>▪ Africanos</li> </ul>   | Características culturais dos povos   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O engenho</li> <li>▪ Senzala</li> <li>▪ Casa Grande</li> <li>▪ Canavial</li> <li>▪ Casa de purgar</li> </ul> | Geografia local e os mapas antigos  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Geografia do entorno do Engenho</li> </ul>   | Descrição através dos mapas e relatos das características físicas do engenho no passado |

*Tabela 6 Objetos gerais a modelar*

Além desses objetos a serem projetados, links com textos e imagens ajudarão no melhor entendimento do engenho.

## **NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA – O BLOG INTERATIVO**

No século XXI o processo de ensino aprendizagem e as instituições educacionais se deparam com um grande desafio: como se tornarem atraentes e inovadoras, diante de tantas novidades ao qual os alunos têm acesso? A resposta para essa pergunta deve estar na busca de novos projetos e metodologias que levem a educação, a uma postura mais atual em relação à sociedade.

As novas formas de tecnologia ajudam no sentido de transformar espaços tradicionais de saberes, como a sala de aula. Estes locais podem popularizar o conhecimento por meio de acervos ou arquivos digitais, museus virtuais, blogs, etc. A dinamização do processo de ensino e aprendizagem com o uso de tecnologias ajuda a reduzir distancias e facilitar a comunicação.

Optamos pela utilização de um Blog para hospedar a nossa história sobre o Engenho de Santana. Entendemos que o Blog possibilita que trabalhos possam ser compartilhados de modo mais amplo, por professores e alunos. A estrutura permite uma

atualização rápida de textos (posts), promovendo uma interação maior de pessoas dentro da proposta de divulgação e construção conjunta de uma história pública. Segundo Maria João Gomes, o blog pode ser entendido como:

Mas afinal o que é um “blog”? O termo “blog” é a abreviatura do termo original da língua inglesa “weblog”. O termo weblog parece ter sido utilizado pela primeira vez em 1997 por Jorn Barger [4]. Na sua origem e na sua aceção mais geral, um weblog é uma página na Web que se pressupõe ser actualizada com grande frequência através da colocação de mensagens – que se designam “posts” – constituídas por imagens e/ou textos normalmente de pequenas dimensões (muitas vezes incluindo links para sites de interesse e/ou comentários e pensamentos pessoais do autor) e apresentadas de forma cronológica, sendo as mensagens mais recentes normalmente apresentadas em primeiro lugar. A estrutura natural de um blog segue, portanto, uma linha cronológica ascendente. (GOMES, 2005, p.1)

O blog tem a possibilidade de auxiliar o aluno a construir o trabalho junto com o professor, os discentes vão alimentando o blog com suas inquietações, dúvidas e com os conhecimentos recém pesquisados. As discussões não se restringem somente a sala de aula, os alunos podem chegar em casa e ainda continuar o debate sobre os temas da aula, ele pode aproveitar o ambiente virtual como espaço de reflexão além dos espaços fisicamente escolares. Cabendo ao professor nesse processo auxiliá-los na utilização dos métodos de pesquisa e postagem na web.

Ao permitir os espaços de publicação na internet os blogs permitem a visibilidade de seus autores, tornando-se assim local de socialização de saberes. Estimulando a pesquisa e a escrita dos alunos sob orientação dos professores. A construção do nosso trabalho será pautada exatamente nesses pontos, a abertura de novas oportunidades para o envolvimento e colaboração dos sujeitos sociais na construção de uma história pública do Engenho. O blog do Engenho será o elo de ligação entre os saberes acadêmicos e o dos visitantes.

O uso das tecnologias e a transformação dos ambientes escolares só serão possíveis se estiverem associados a uma construção do conhecimento pelos próprios alunos, estes vistos como sujeitos de seu aprendizado. O uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) devem ser pensadas em romper as relações tradicionais de ensino e propor um ambiente que favoreça um crescimento cognitivo do

aluno. As ações didáticas devem ser estratégias atitudes que deem autonomia e auxiliem os educandos na construção do conhecimento.

A educação tradicional, baseada na avaliação formal e padronizada, que espera de seus alunos um resultado previsível, ignora as diversidades sociais e as multiplicidades de inteligência dentro do processo de aprendizagem. Com as redes de internet, e a divulgação maciça de conhecimento, o educando em qualquer lugar ou hora, pode ter acesso ao conteúdo trabalhado em ambiente escolar.

“a utilização da internet transformou e ampliou a ideia de público e modificou também as relações temporais. A memória e a história, a cultura erudita e a popular passaram a circular cada vez mais e se misturar, sendo disponibilizadas para um número maior de pessoas e de forma muito rápida, retirando o monopólio de acesso a certas informações do campo restrito da intelectualidade.” (ROVIAL, 2017, p.15)

Ambientes virtuais como os blogs propõem a interação de espaços e tempos no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o professor torna-se um orientador, conectando o conteúdo em classe com as possibilidades de acesso à informação que os alunos possuem fora do meio escolar. É a proposta de uma nova metodologia; pautada na inovação, onde até a parte física das escolas precisam acompanhar as mudanças; salas de aulas multifuncionais, conectando vários grupos e ambientes escolares: redes sem fio, tecnologias móveis, jogos interativos, ampliando a noção de um ambiente escolar.

Neste sentido, a ferramenta promove a construção de novos conhecimentos quase que diariamente, já que os alunos e professores podem emitir suas análises sobre os fatos e estas opiniões podem ser lidas e resinificadas por todos do grupo. Esta possibilidade de interação pode gerar nos alunos a sua capacidade de construção de novos saberes.

Essa inversão do modelo tradicional de sala de aula, com alunos e professores pesquisando e compartilhando informações tanto em classe, como ambientes virtuais de aprendizagem, é uma das possibilidades de a escola se reinventar diante das mudanças da sociedade moderna.

Neste sentido, o blog sobre o Engenho de Santana será um espaço de aprendizagem colaborativa, em conexão a uma individualizada. O professor/orientador

dialoga com os alunos, orientando por caminhos coletivos e individuais, entendendo suas dificuldades e desafios no processo de aprendizagem.

## **HISTÓRIA PÚBLICA**

Contar a história do engenho, e a tentativa de recriar através do blog seus espaços de socialização, de negociação e conflito entre senhores e escravos, se inserem na necessidade de trazer para diferentes meios de comunicação uma história, as vezes negligenciada ou desconhecida.

A História Pública tem como objetivo discutir através dos saberes acadêmicos e comunitários, uma construção de conhecimento onde se visa democratizar o conhecimento científico para públicos mais amplos. Com o objetivo de uma linguagem clara e direta, essa produção busca a construção de saberes em parcerias, entre a sociedade acadêmica e as comunidades a serem estudadas. Esta proposta historiográfica, critica exatamente a falta de retorno social de muitas produções acadêmicas, onde se exploram conhecimentos comunitários e suas práticas sociais e depois não lhe dão o devido retorno na utilização prática dessa produção.

A expressão "história pública" pode ser entendida de várias maneiras. De imediato, ela evoca a ideia de acesso irrestrito, isto é, de um conhecimento histórico franqueado a todos. Especialmente em nossos dias, entende-se que clausuras serão abertas e que informações, antes censuradas ou veladas, doravante ocuparão espaços de domínio público. (ALBIERI, 2011, p.19)

Neste sentido, a História pública transforma-se em um conjunto de práticas, onde profissionais acadêmicos no intuito de preservar, restaurar e visitar lugares de memória, fruto das experiências coletivas que os homens estabelecem em sociedade. Diante disso, as práticas de compreensão do passado em conjunto com os saberes e atores que vivem essas práticas, se relacionam como uma “ educação histórica” que, segundo Jonh Husen (2001) seria, fornecer para vários grupos sociais mecanismos que lhes permitam se comunicar e ter acesso aos mais variados conhecimentos e práticas culturais, compreendendo assim o passado e criando condições de orienta-los no tempo presente e no futuro.

A História Pública não se trata de uma disciplina nova, e sim um conjunto de práticas e métodos da história diante uma nova visão de mundo e suas formas de difusão

do conhecimento. A preocupação com uma narrativa que valorizasse e desse visibilidade a culturas populares, e que dialogasse entre o saber acadêmico e as vivências dos povos não é algo necessariamente novo. A historiadora Marta Rovial salienta que essa visão já estava presente desde a Nova História “ *diversas experiências dos dominados, ou também chamado de “os de baixo”, “os subalternos”, já era preocupação de certos historiadores da chamada Nova História, mas cada vez mais passou a ser pensada como uma pesquisa-ação.* (ROVIAL, 2017, p.5). Esta forma de pesquisa voltada para um diálogo interdisciplinar e pensada de modo popular, ganha força com novos meios de comunicação de massa.

“Exemplo de como a História poderia dialogar com novas áreas e se fortalecer por meio da comunicação foi a criação do History Workshop Journal, em 1976, que teve origem a partir de uma série de oficinas organizadas desde 1967, em Oxford. [...] História Pública, defendia que a história deveria extrapolar os espaços acadêmicos e deveria ser ensinada a um público cada vez mais amplo, utilizando-se de novas mídias. Programas de televisão voltados ao debate sobre lutas sociais, conflitos políticos, culturas e identidades, como La storia siamo noi, programa produzido pela RAI italiana, ou History Channel, na Inglaterra, são outros exemplos de como os meios de comunicação podem popularizar a história. Na rádio francesa France Culture, o historiador Jacques Le Goff coordenava o programa “As segundas-feiras da História”, desde 1968, democratizando os debates sobre a história francesa.” (ROVIAL, 2017, p.6)

Esta proposta de popularização da história, a partir de novas mídias e formas de divulgação de saberes, para além do acadêmico, veio de encontro com a demanda de movimentos sociais que buscavam maior visibilidade e legitimidade dentro da sociedade.

Este conhecimento sobre o Engenho de Santana, visa colaborar para que sujeitos desenvolvam o pensamento histórico, e pensem a história da sua localidade como uma construção no tempo e no espaço. A História Pública propõe uma educação histórica capaz de fornecer ferramentas para que os indivíduos interpretem suas experiências e suas práticas sociais, de modo a entender sua vida no tempo e espaço (RUSEN, 2001). Interessa colocar o conhecimento acadêmico e as novas formas de comunicação a serviço das comunidades.

Falar de popularização das memórias e histórias não significou, em nenhum aspecto, a eliminação da ciência histórica, mas o estímulo a reflexões sobre a



atuação dos intelectuais e profissionais técnicos junto a comunidades diferenciadas, numa ação interdisciplinar capaz de construir a educação histórica (ROVIAL, 2017, p.6)

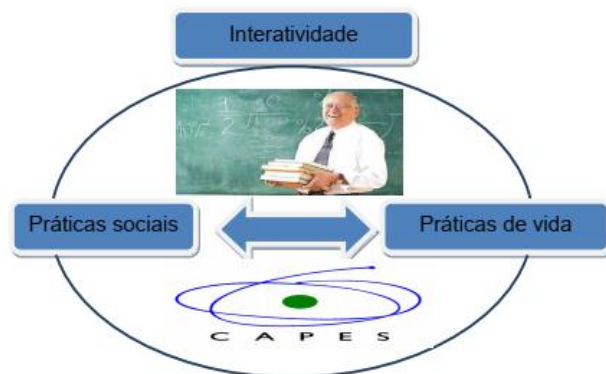
Diante disso, a história pública entra no nosso trabalho como a possibilidade de integrar uma pluralidade de conhecimentos, além de formas diversas de divulgação. A ideia é propor que cada sujeito ou comunidade, tenha ferramentas para pensar a sua própria história e a sua relação com o tempo.

## **DESING PEDAGÓGICO SÓCIO CONSTRUTIVISTA**

Com a chegada da microinformática na década de 80, programas de computador voltados para educação tornaram-se cada vez mais comuns, propondo uma interatividade maior no processo de ensino aprendizagem. A elaboração desses softwares é feita a partir de uma arquitetura pedagógica, onde os registros, processos e plataformas são projetados pedagogicamente para melhor uso de professores e alunos. Sobre essa ideia de um Design Pedagógico, Alfredo Matta afirma:

“não somente a mediação digital da educação, mas também os processos presenciais, os cursos formais ou informais, as ações dos professores, ou seja, que toda a prática educacional pode, e de fato deve, ser resultado de designs pedagógicos detalhados e cuidadosos, que acabam por aprofundar o conceito de projeto pedagógico que tradicionalmente é ensinado nas faculdades de educação. Significa dizer que o Design Pedagógico se tornou uma nova, e talvez a mais promissora especialidade dos educadores, se bem tratar-se claramente de uma habilitação interdisciplinar.” (MATTA, 2011, p.3)

Diante disso, o design pedagógico pode ser utilizado em vários seguimentos educacionais, como em ambientes educacionais de aprendizagem: Educação à Distância – EAD, criação de Blogs ou Blogspot, redes sociais, estas entendidas como sistemas de convivência e interação virtual; além de softwares centrados na interatividade para o ensino e a aprendizagem.



**Figura 2.** Categoria da interatividade no *design* cognitivo na abordagem socioconstrutivista.  
 Fonte: Elaboração do autor, com base na discussão proposta por Matta (2012).

*Figura 1* Interação no *desing* cognitivo.

CAFÉ, Anderson. RIBEIRO, Núbia Moura. PONCZEK, Roberto Leon. *Difundindo conhecimento sobre a construção de indicadores de percepção crítica do modelo de avaliação da CAPES: um olhar sob a ótica do design cognitivo.* Ano XI, n. 04 - Abril/2015 - NAMID/UFPB

No nosso trabalho, a produção do blog é pensada na construção de um *desing* pedagógico numa abordagem Sócio-Construtivista está sendo, a construção de saberes a partir da interação entre indivíduos e seu contexto social, numa relação de diálogo prático e constante voltados para solução de problemas sociais. É uma comunidade colaborativa, onde a aprendizagem se constrói com colaboração em prática social.

“A proposta do sócio-construtivismo, [...] não se propõe a construir um ambiente capaz de deixar o sujeito imerso em interações desejáveis e construídas, mas sim preparar o sujeito e o que se vai aprender para que participe do ambiente e mundo no qual o sujeito vive. o sócio-construtivismo pretende engajar a aprendizagem e o processo pedagógico proposto no mundo e no ambiente concreto e cotidiano do sujeito.” (MATTA, 2011, p.7)

A proposta do pensamento sócio construtivista é colocar o leitor como construtor de seus próprios projetos, no contato com os objetos modelados, é um processo de construção e reconstrução, onde a interatividade se dá pela constante troca de saberes e práticas sociais. Por esse motivo, a construção do contexto no blog deve ser clara e objetiva, para que o visitante consiga fazer parte do projeto, construindo suas próprias impressões sobre o que se vê.

Esta interação é baseada no modelo de Vygotsky (Zona de Desenvolvimento Proximal Iminente – ZDI/ZDP), onde a interatividade é vista como uma abordagem dialética, uma relação de sujeitos históricos e suas práticas cotidianas na construção de saberes e soluções de problemas sociais. Para tal, é necessário que o autor do design tenha conhecimento das práticas sociais e do ambiente que se está modelando, que entenda as demandas e desafios da comunidade. *“um complexo de relações entre a cognição do sujeito e suas condições de existência complexas exteriores, que se desenvolveram historicamente,”* (MATTA, 2011, p.7). O Design Cognitivo só atendera a proposta pretendida se ficar claro estes elementos.

Figura 2 Categorias de interação

CAFÉ, Anderson. RIBEIRO, Núbia Moura. PONCZEK, Roberto Leon. Difundindo conhecimento sobre a construção de indicadores de percepção crítica do modelo de avaliação da CAPES: um olhar sob a ótica do design cognitivo. Ano XI, n. 04 - Abril/2015 - NAMID/UFPB

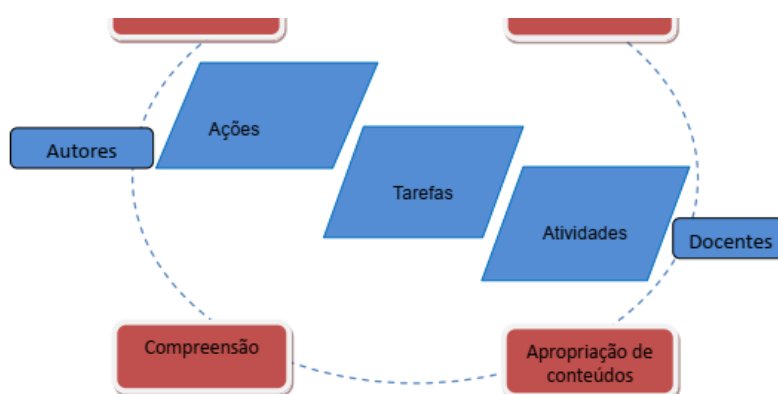


Figura 1. Categoria da interação no design cognitivo na abordagem socioconstrutivista.  
Fonte: Elaboração dos autores com base na discussão proposta por Matta (2012).

A elaboração de nosso blog utiliza esta metodologia pois acredita que a projeção de ambientes deve entender o sujeito e a sua colaboração no meio social. *“caracterizada pelo instantes, ou instantes, em que o complexo cognitivo interno do sujeito inte-rage com o complexo de condicionamentos, interações sociais e práticas coletivas advindas do contexto social externo.”* (MATTA, 2011, p.10) A modelagem deve ser pensada já para os momentos de interação entre os sujeitos e suas práticas sociais.

Vygotsky acreditava que o processo cognitivo é algo comum a todos os seres humanos, e que diante disso existe uma diferenciação entre uma aprendizagem individualizada para uma aprendizagem pautada na mediação de instrutores. Dentro desta relação de aprendizagem os alunos também teriam a possibilidade de personalizar este processo. A aprendizagem humana para Vygotsky é pautada no crescimento da criança e os processos sociais que os cercam.

“Ensinar considerando a existência de uma ZDP, que é algo que só existe partilhado pelo professor e pelo aprendiz que interagem, implica habilitar este último a envolver-se num nível mais elevado de interação social com todo o contexto da aprendizagem, nível esse que resultaria frustrante noutras condições. A teoria de Vygotsky sugere que, por lhe ser possibilitado interagir a um nível mais elevado, o aprendiz interiorizará, sempre por meio da interação, os processos, conhecimento e valores que usa, quer seja capaz, ou não, de os identificar no instante em que os usa. O ponto crucial de uma pedagogia segundo Vygotsky é que o conhecimento dos conceitos não precede necessariamente a habilidade do aprendiz os usar ou interiorizar. A instrução deve preceder o desenvolvimento” (FINO, 2001, p.7)

O designer sócio-construtivista deve estar preparado para desenvolver uma modelagem que permita a participação de todos. Porém, cabe ao pesquisador com a sua maior bagagem teórico metodológica organizar este processo de construção do conhecimento de modo que o visitante não somente se sinta informado com os itens do blog, mas, sobretudo que seja oferecido momentos de vivência com o contexto social da época.

A abordagem Socioconstrutivista fundamenta nosso trabalho e o uso do Blog do Engenho de Santana, no sentido de criar uma comunidade de interação colaborativa, ou seja, um ambiente virtual onde pessoas podem partilhar suas experiências e conhecimentos sobre o engenho. Diante disso, o blog é uma possibilidade de aprendizagem construída na interação de seus autores.

## Capítulo III

### A Aplicação

O processo de aplicação do blog ( <https://oengenhodesantana.blogspot.com/> ) teve início no mês de outubro de 2018 com uma Oficina para a turma do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Impacto de Ilhéus – Bahia. Foi apresentada aos alunos uma aula sobre todo um panorama da História Colonial da Capitania e Comarca de Ilhéus e como o Engenho de Santana foi um centro importante dentro desse contexto. Além disso, o professor contou de modo didático o perfil de cada povo e suas culturas, elementos que fizeram parte da história do Engenho de Santana. O perfil dos povos indígenas que aqui moravam no sul da Bahia; O perfil dos portugueses que posteriormente chegaram e o perfil dos povos africanos que vieram dentro do contexto da escravidão.

No segundo dia da Oficina, foi apresentado o Blog e como seria o processo de construção de uma história pública dentro de uma proposta socioconstrutivista. Fizemos um breve histórico do uso das tecnologias, e de como o seu uso pode ser bem produtivo para processo de ensino/aprendizagem. Além de como os alunos poderiam colaborar para a construção de uma história mais ampla e inclusiva do Engenho de Santana.



Figura 3 Página inicial do Blog

A estrutura do blog foi pensada para criar um ambiente de liberdade e interação entre os alunos. Podendo cada visitante comentar/colaborar com aquilo que mais lhe

chamou a atenção. Para criar essa interatividade, o layout foi dividido em cinco links: *A História*: onde é contado o processo de doação das terras e a criação do engenho nas margens do rio Santana. *O Perfil Indígena*: contamos um pouco da cultura e do modo de viver dos primeiros habitantes da região da capitania de Ilhéus. *O Perfil Português*: neste link tratamos das características sócio culturais dos portugueses que aqui chegaram para o processo de colonização. *O Perfil Africano*: as origens e a cultura dos povos que aqui vieram dentro do contexto da sociedade escravista, e por último, *A Revolta Escrava de 1789*: importante revolta ocorrida no engenho, onde negros escrevem uma carta fazendo algumas reivindicações nas condições de trabalho.

Depois de explicada a proposta, foi apresentada as atividades de pesquisa e colaboração para os alunos. O trabalho incidia em fazer uma pesquisa sobre a história do Engenho de Santana, essa pesquisa versava em leituras de livros e documentos históricos, além de uma visita ao engenho; propondo um contato direto com o conhecimento histórico e a comunidade local. Após estas etapas, os alunos deveriam postar no Blog – nos elementos que compõem a história do engenho - relatando as características que mais lhe chamaram a atenção. Postando curiosidades e expressando suas opiniões sobre o relato histórico.

Os alunos foram orientados a pesquisar sobre o engenho e postar suas opiniões, críticas e contribuições sobre a história do engenho no blog. O objetivo era propor uma história pública, com saberes construídos entre diferentes autores. O contato direto dos alunos com a pesquisa e a história local de Ilhéus, tem como objetivo a construção de uma identidade histórica, estes entendendo seu papel com sujeitos agentes dentro desse processo.

Ao final da pesquisa e das postagens, foi passado aos alunos um questionário, onde os mesmos poderiam avaliar sua experiência com a aprendizagem e o uso de Blogs.

O questionário contava com 5 perguntas e com duas opções de resposta: Sim e Não.

- Você já teve alguma experiência escolar com uso de Blogs?
- O uso do Blog, dentro e fora do ambiente escolar lhe ajudou a entender melhor a história do Engenho de Santana?
- Em algum momento você sentiu dúvidas para realizar as atividades através do Blog?

- Caso sim, o professor ajudou no processo e foi determinante para você continuar participando?
- De acordo com sua experiência nessa atividade, você considera o blog uma ferramenta importante e que deveria ser utilizada em outras disciplinas?

### Resultados e Discussão

A seguir alguns gráficos representando os resultados da aplicação do questionário, após as postagens dos alunos no Blog.

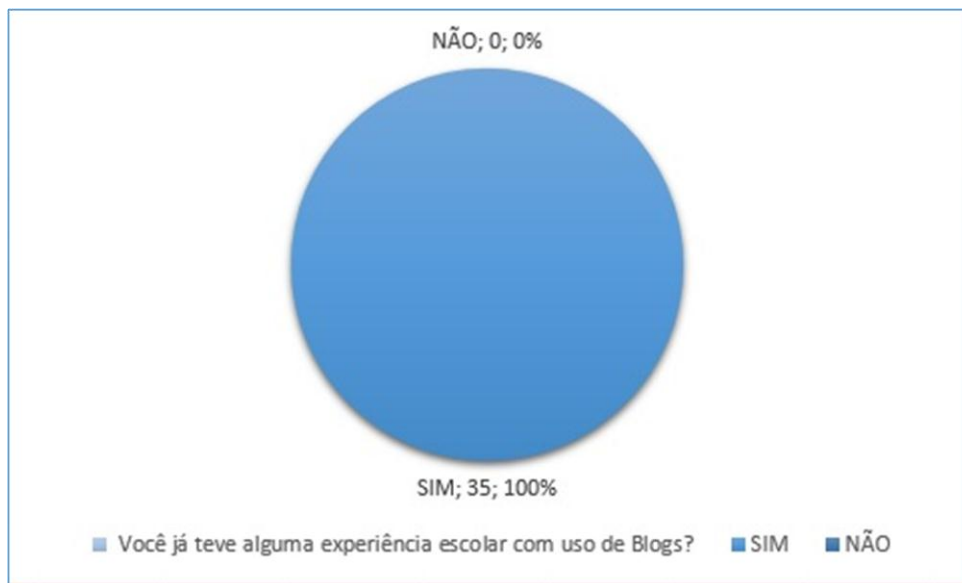


Figura 4 Experiência anterior com o uso de Blogs

Dos alunos que participaram da pesquisa, nenhum havia participado de uma experiência com o uso de blog no processo escolar. Mesmo inseridos em um contexto de uso tecnologias e mídias digitais, a ferramenta Blog era desconhecida para os alunos pesquisados.

Neste sentido, mesmo a utilização do blog sendo algo novo para os alunos, os professores orientados de acordo com seus referenciais teóricos e educandos com suas curiosidades e inquietações, consigam interagir e construir representações individuais sobre os espaços vistos. Numa perspectiva de aprendizagem mediada por tecnologias digitais, a conservação de elementos culturais, materiais ou imateriais é uma forma de assegurar o testemunho histórico, garantindo sua representatividade na vida social da comunidade que ele representa.

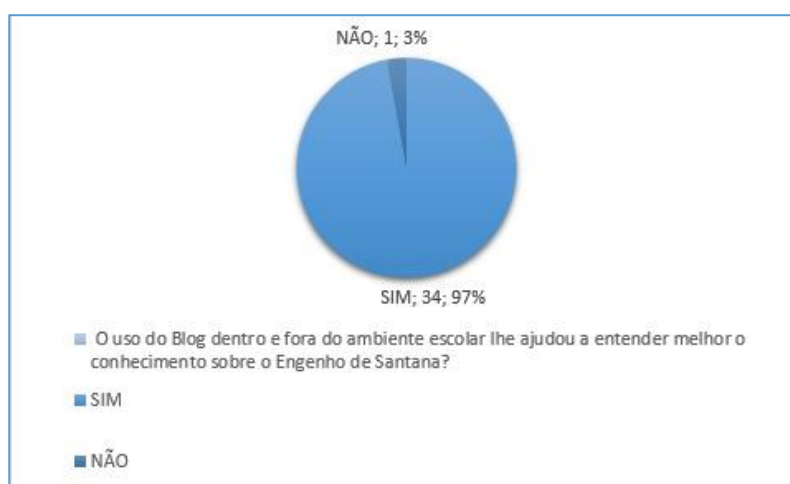


Figura 5 Auxílio no processo de aprendizagem

No uso do blog como suporte ao conteúdo dado em sala de aula, a maioria dos alunos votou de modo positivo, confirmando assim, a eficiência do seu uso no processo de ensino aprendizagem. Os alunos tiveram a oportunidade de interagir com o conteúdo de modo prático, fazendo pesquisas, escrevendo textos para as postagens, além de poder contribuir no texto de outros colegas. Uma construção de saberes na coletividade.

A preservação desses saberes se consolida com o envolvimento das comunidades, no processo de identificar e conservar, os bens patrimoniais. A educação é um meio de a sociedade expressar suas memórias, sua relação com o passado; numa relação coletiva de afetividade aos elementos preservados.

“No caso da escola, alguns trabalhos demonstram que o perfil dos alunos tem mudado, sem que haja modificações significativas nas estratégias de ensino-aprendizagem do professor. Especificamente no caso do ensino da História, observamos que o desenvolvimento tecnológico contemporâneo apresenta uma série de artefatos culturais que modificam significativamente as relações que as pessoas possuem com o tempo e tempo histórico e, por conseguinte, com as formas como aprende a História [...]” (ARRUDA, 2011, p. 6)

A participação da sociedade pode assegurar a preservação desses elementos. Isso implica que os grupos sociais se sintam identificados com os elementos a serem conservados, reconhecendo neles elementos de pertencimento. A participação do Estado junto à comunidade na identificação, conservação e estudo desses domínios asseguram de modo efetivo a sua conservação; quanto maior a coletividade no processo, mais estarão protegidos.



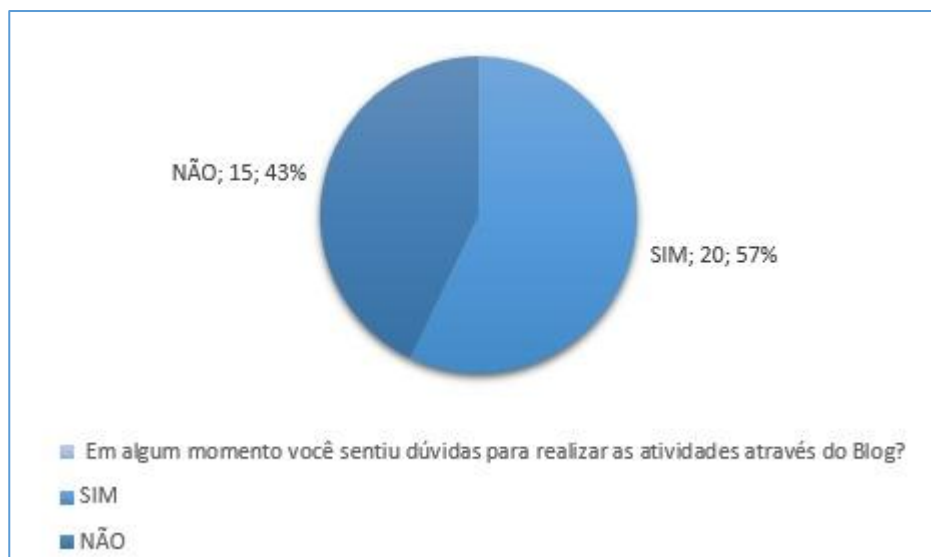


Figura 6 Dúvidas na execução das atividades

A ideia principal sobre essa questão, era saber, se mesmo com todo uso de tecnologias, como celulares e redes sociais os alunos sentiram dificuldades de trabalhar com o blog. Mesmo com algumas dúvidas pode se perceber que elas não invalidaram o uso da ferramenta.

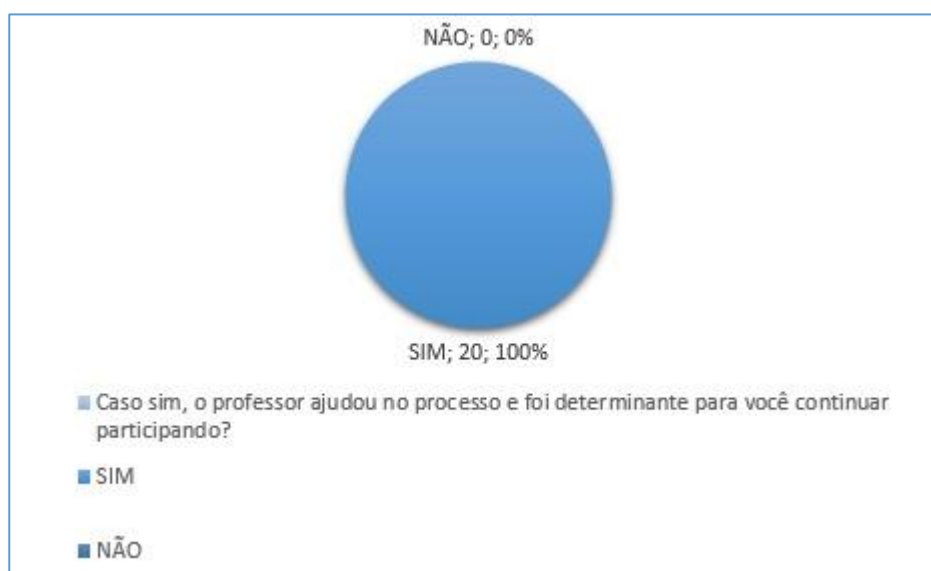


Figura 7 Auxílio do professor no processo

O papel do professor no processo de pesquisa e auxílio na postagem do conteúdo, favoreceram a colaboração dos alunos. É importante salientar que essa educação mediadora se deu através de uma perspectiva de construção do conhecimento

partilhada, um conhecimento que transforma e é transformado a partir da interação com outros saberes.

O papel do professor nesse processo, é apresentar elementos a seus alunos dos quais ele se identifique e ajude a preservá-los, A educação torna-se um mecanismo de manutenção e recriação de símbolos e memórias, gerando o respeito e a preservação das histórias vividas. A difusão dos bens que configuram uma identidade, se efetiva no reconhecimento de todos, e nos esforços para sua conservação. Neste sentido o blog parte da colaboração conjunta de pesquisadores e comunidade, visitantes e guias.

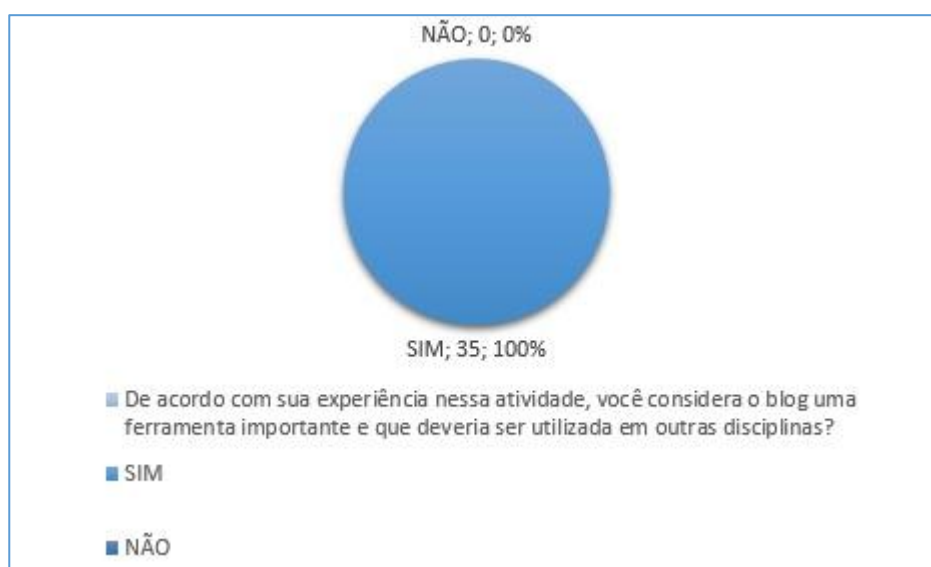


Figura 8 Importância do uso por outras disciplinas

A resposta dos alunos foi bem satisfatória sobre o uso de blogs dentro e fora de ambientes escolares, salientando que a ferramenta poderia ser utilizada por outras disciplinas; demonstrando assim, que a atividade atendeu aos objetivos propostos.

Diante do resultado do questionário e da avaliação dos alunos sobre a construção da história pública do Engenho de Santana, a maioria se sentiu interessado, participando ativamente da colaboração dentro do blog.

É preciso considerar, que objetos e saberes preservados com uso de blogs ou outras ferramentas, refletem o poder de grupos com maior acesso a informações e que expressam uma relação de dominação. Grupos definem o que é digno de preservação, de acordo com seus interesses. Isso se torna perigoso pelo fato de não haver muitas vezes, uma participação da sociedade no processo, gerando assim, um certo desprezo

em relação a sua conservação. A maioria da população observa em determinados símbolos, uma história que não é sua, da qual não participa.

Valorizar os elementos culturais de um grupo social, garante a perpetuação da memória ao longo do tempo, gerando o pertencimento a um espaço e sua cultura. O conhecimento do passado, o legado de gerações anteriores são experiências vividas, testemunhos coletivos e individuais. Isso permite aos homens desenvolver uma percepção de sentido a partir de pontos comuns, criando assim uma identidade coletiva.

O blog se insere numa ideia de preservação, que tem como base ações de identificação, registro, tombamento, proteção e divulgação dos bens considerados patrimoniais para sociedade; construindo um significado de memória e cidadania.

## CONCLUSÃO

A criação do Blog e a construção de uma história pública do Engenho de Santana, teve como objetivo a utilização de mídias digitais como ferramentas pedagógicas no ensino de história. O trabalho ainda está em processo de aplicação, porém, até o momento os resultados foram satisfatório, estimulando a pesquisa e a participação dos visitantes na interação com a história do engenho.

O uso do blog, como ferramenta pedagógica associada a uma teoria construtivista, valorizou a autonomia e participação dos alunos, além de melhorar a relação professor aluno no processo de ensino aprendizagem. O educando sentiu-se atuante na interação dos conteúdos trabalhados; a elaboração de uma história viva e contada e recontada por eles. As postagens no blog estimularam a escrita e davam autonomia para que os alunos contassem suas impressões sobre a história do engenho. O papel do professor consistiu em apresentar o blog como um espaço de interação e mediação dos conhecimentos, deixando os alunos livres na construção da pesquisa e postagens sobre o engenho. Além disso, com o blog conseguimos um aproveitamento maior do tempo em relação a aprendizagem dos alunos, pois o conteúdo estava sendo trabalhado dentro e fora de sala aula.

Sob a perspectiva interativa, a ferramenta ajudou para que alunos participassem ativamente do processo em parceria, uma construção coletiva, a partir de uma concepção socioconstrutivista de relação de saberes. Considerando os resultados apresentados no questionário, podemos observar que o uso de mídias digitais, no caso o Blog ainda é uma ferramenta pouco utilizada; mesmo tecnologias estando dentro do cotidiano de professores e alunos, seu uso ainda precisa ser incentivado para finalidades educacionais.

Diante disso, observamos que até o momento trabalho tem sido satisfatório, validando a utilização do blog em sala de aula e em ambientes externos ao escolar. Isso ficou comprovado com a construção de uma história publica, feitas pelos alunos e o professor.

O nosso blog do Engenho de Santana visa a construção de uma história interativa do engenho no período colonial da capitania e comarca de Ilhéus, retratando sua dinâmica na produção do açúcar, demonstrando a negociação e conflito dentro da sociedade escravista da época. Um Blog elaborado com a concepção de uma História

Pública, é pensado sem valorização de grandes heróis ou personagens das histórias tradicionais, a modelagem ocorre para cotidiano de pessoas simples, que muitas vezes foram silenciadas dentro do processo histórico; nosso trabalho com o engenho tenta trazer um pouco de visibilidade a estes grupos.

## REFERÊNCIAS

- ANTONIL, A.J. Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- BARBOSA, Arléo. Notícia Histórica de Ilhéus. Rio de Janeiro: Cátedra, 1981.
- BARROS, Francisco Borges de. Memória sobre o município de Ilhéus. 3. ed Ilhéus: Editus, 2004. 163p.
- CAMPOS, Silva. Crônicas da capitania de S. Jorge dos Ilhéus. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- DIAS, Marcelo Henrique. Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Junho de 2007.
- DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus (BA): Editus, 322p.
- DIAS, Marcelo Henrique. "A Inserção Econômica dos Aldeamentos Jesuíticos na Capitania de Ilhéus". In: CARRARA, Ângelo Alves & DIAS, Marcelo Henrique (orgs.). Um Lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antesdo cacau. Ilhéus: Editus, 2007.
- MATTA, Alfredo. História da Bahia: Licenciatura em História. Salvador: Eduneb, 2013.
- MOTT, Luiz. "Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854)". In: Cultura: O Índio na Bahia. Nº 1. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1988.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_ Escravos, Roceiros e Rebeldes. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001. 306p.
- PAULA, Jorge Luiz de. Relatório de viagem com o objetivo de levantar dados sobre a demanda fundiária dos índios Tupinambá. Eunápolis, Bahia, 2001. [Viagem realizada

ao distrito de Olivença, município de Ilhéus, Bahia, no período de 26/11 a 10/12/2001, conforme instrução técnica executiva Funai nº 140/DAF, de 14/11/2001].

MARCIS, Teresinha. A “hecatombe de Olivença”: Construção e reconstrução da identidade étnica – 1904. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Cruz, 2004.

MARCIS, Teresinha; SILVA, Ivaneide Almeida da. Uma experiência de transcrição e análise de documento histórico: resistência e negociação escrava no Engenho de Santana. IN: PÓVOAS, Ruy do Carmo. Mejigã e o contexto da escravidão, ILHÉUS, EDITUS, 2013.

FAUSTO, Carlos. 1992. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etnohistórico” In Manuela Carneiro da Cunha (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Cia das Letras (Pp. 381-386).

FERNANDES, Florestan. 1963. Organização Social dos Tupinambá. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica In ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.19-30.

ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Museu virtual, prática docente e ensino de história: apropriações dos professores e potencialidades de elaboração de um museu virtual orientado ao visitante. In: IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, 2011, Florianópolis. Anais do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 1-11.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. História Pública do quilombo do Cabula: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. 311f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MATTA, A. E. R. . Desenvolvimento de metodologia de design socioconstrutivista para a produção do conhecimento. In: GURGEL, Paulo; SANTOS, Wilson. (Org.). Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógica. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 237-258.

ROVAI, M. HISTÓRIA PÚBLICA: a comunicação e a educação histórica. Revista Observatório, v. 3, n. 2, p. 41-65, 1 abr. 2017.

RÜSEN, JÖRN. Razão histórica, teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CHRISTOFOLETTI, R. Blogs.com: estudos sobre blogs e comunicação. Momento editorial. 2009

GUTIERREZ, S. Distribuição de Conteúdos e Aprendizagem On-line. Revista Novas Tecnologias na Educação. Porto Alegre. v. 2, n. 2, nov. 2004 . Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/13830/1601> Acesso em: 16 agosto. 2018.

Gomes, M.J. (2005). Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica. In Mendes, A; Pereira, I; Costa, R. Atas do VII Simpósio Internacional de Informática Educativa, Leiria: Escola Superior de Educação de Leiria, p. 311-315.